

Transformações da agricultura familiar em Salvador das Missões no início do século XXI



Vanderlei Franck Thies



Editora Poisson

Vanderlei Franck Thies

Transformações da agricultura familiar em Salvador das Missões no início do século XXI

1ª Edição

Belo Horizonte

Poisson

2022

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Msc. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
Msc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Ilustrações

Ana Carolina Dalla Valle

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T439 Thies, Vanderlei Franck
Transformações da agricultura familiar em Salvador das
Missões no início do século XXI/ Vanderlei Franck Thies
Belo Horizonte– MG: Editora Poisson, 2022

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-202-0
DOI: 10.36229/978-65-5866-202-0
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Agricultura Familiar 2.Sistemas Produtivos I. THIES,
Vanderlei Franck III. Título

CDD-630

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores

www.poisson.com.br

contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	05
Introdução.....	07
Capítulo 1: As mudanças recentes na agricultura de Salvador das Missões	11
1.1 Mudanças demográficas.....	11
1.2 Os diferentes tipos de agricultores.....	14
1.3 O uso da terra.....	17
1.4 Políticas públicas de apoio aos agricultores.....	19
1.5 Os sistemas produtivos.....	22
Capítulo 2: Características das famílias pesquisadas	25
2.1 Modificações no tamanho e na idade das famílias.....	25
2.2 Mão de obra e as estratégias de trabalho	31
Capítulo 3: Os meios de produção.....	34
3.1 Acesso a terra.....	34
3.2 Uso da terra.....	38
3.3 Capital e crédito	41
Capítulo 4: Sistemas produtivos, valor da produção e renda	45
4.1 Autoconsumo e venda: o valor da produção	51
4.2 Renda das famílias	53
Capítulo 5: Os caminhos percorridos pelas famílias	58
5.1 A via previdenciária	61
5.2 A via pluriativa	65
5.3 Via agrícola.....	71
Referências	78

Apresentação

Esta obra se apresenta em um contexto de profundas transformações no espaço rural brasileiro e o autor conseguiu captar as trajetórias de um grupo de agricultores familiares, a partir de um estudo longo e profundo, realizado a várias mãos. O conteúdo foi produzido com objetivo de apresentar de forma clara aos leitores, especialmente as famílias de agricultores que participaram da pesquisa, mas também aos demais agricultores, técnicos e gestores das políticas públicas, que terão nessa obra uma oportunidade ímpar de identificar as principais transformações que estão ocorrendo na agricultura familiar.

No âmbito dos “estudos rurais” brasileiros parece inequívoco afirmar que a agricultura familiar e o desenvolvimento rural foram os grandes focos das discussões ao longo deste brevíssimo século. Seja em relação às ações e políticas públicas (nos mais variados níveis – federal, estadual ou municipal), ao debate acadêmico, à atuação das instituições e organizações locais e regionais ou nas ações de enfrentamento aos impactos da pandemia de COVID-2019 a agricultura familiar estava lá, no centro das discussões e encaminhamento de soluções.

Cabe destacar a importância da presente publicação por seu ineditismo metodológico na análise das dinâmicas rurais. O autor se desafia a navegar em uma das fronteiras das formulações metodológicas contemporâneas. Trata-se de um livro que resulta de inovador estudo longitudinal, focado na observação do mesmo grupo de famílias num lapso de tempo de 15 anos. A abordagem das trajetórias familiares representa uma novidade nos estudos rurais brasileiros.

A agricultura familiar não está imune às mudanças políticas, econômicas, sociais, ambientais e demográficas que afetam a sociedade mais ampla, da qual ela historicamente faz parte, especialmente em regiões e municípios em que ela foi e continua sendo a principal categorial formadora do tecido social.

A agricultura familiar missioneira e de Salvador das Missões é exemplo emblemático de algumas das principais mudanças ocorridas ao longo das primeiras décadas do Século XXI, destacando-se especialmente o ciclo das *commodities* agrícolas e sua relação com preços, crédito e especialização produtiva; as alterações no uso da terra e a reafirmação de uma “agricultura de grãos”; a forte relação e dependência de políticas

públicas, especialmente em relação ao PRONAF; e, talvez, as mudanças de perfil demográfico, provavelmente a principal mudança observada e com fortes implicações em relação ao perfil tecnológico (menos gente, mais tecnologia), etário (envelhecimento), de composição e tamanho das famílias (nucleares, com menos filhos) e econômico (importância das aposentadorias e pensões).

O autor conseguiu apresentar o conteúdo de forma clara e didática, com uso de imagens e uma descrição direta das principais transformações ocorridas nos últimos vinte anos neste setor, que está em contínuo movimento de transformação interna e que se mantém como alicerce da produção de alimentos, numa complexa teia de relações entre os mercados, as instituições, as tecnologias e os saberes tradicionais que moldam a dinâmica da agricultura familiar missioneira e expressam algumas das tendências do setor.

A presente publicação resulta do processo doutoramento do autor em Desenvolvimento Rural, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de trabalho de campo em parceria com professores e estudantes da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo, em 2018 e com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em 2003.

A extensa base de dados foi construída com mais de uma dezena de pesquisadores (professores e estudantes) que foram à campo para coleta de informações, sendo prontamente recebidos pelas famílias salvadorenses que apresentaram seus dados familiares, econômicos e produtivos. Com base nessas informações o autor se debruçou e produziu um maravilhoso trabalho a partir da sua tese de doutoramento, concentrando esforços naquilo que sabiamente entendeu expressar as principais mudanças na agricultura familiar de Salvador das Missões. Certamente o retorno destas informações para a sociedade será de grande valia.

Marcelo Antonio Conterato (UFRGS)

Evandro Pedro Schneider (UFFS)

Agosto de 2022.

Introdução

A presente publicação está diretamente associada a minha tese de doutorado. A tese foi produzida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo sido aprovada em banca pública no final de outubro de 2019¹. Por tratar-se de um texto escrito em linguagem que segue os padrões acadêmicos, entendo que o mesmo apresenta limites para a apropriação do público em geral.

Além disso, sua liberação para publicação ocorreu no período de início da pandemia de COVID-19, o que limitou fortemente as possibilidades de retorno presencial ao município onde realizei a pesquisa, para dialogar sobre os resultados do estudo. Agregue-se a isso, em minha opinião, a postura equivocada de muitos pesquisadores, que não reconhecem a importância do diálogo com os sujeitos da pesquisa e os tomam como objetos de estudo. Entendo ser fundamental o diálogo permanente entre os diversos sujeitos envolvidos nos processos de desenvolvimento rural, sejam os agricultores e suas organizações, extensionistas, pesquisadores, gestores públicos e demais agentes. Retornar os resultados das pesquisas e dialogar com os sujeitos é parte desse processo permanente, onde ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis.

A presente obra foi produzida nessa perspectiva. Assim, o objetivo central desse livro é compartilhar os resultados da pesquisa com as famílias agricultoras que participaram do estudo. Trata-se de uma publicação que pretende alcançar um público muito específico, que são os agricultores familiares do município de Salvador das Missões.

Com esse intuito, o texto da tese foi retrabalhado, no sentido de construir uma linguagem mais acessível. Buscou-se expor de modo mais direto os resultados do estudo, priorizando uma apresentação mais objetiva, sem a preocupação da análise mais pormenorizada dos dados, tampouco o diálogo com a literatura especializada.

¹ O título da tese é “Desagrarização e concentração produtiva: análise longitudinal das trajetórias da agricultura familiar nas Missões do RS.” A pesquisa que deu suporte a sua elaboração foi realizada em Salvador das Missões – RS, em 2003 e 2018. A versão completa do trabalho pode ser acessada gratuitamente através do seguinte link: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/209946>

Além dos agricultores, também pretende levar esses resultados ao conhecimento dos demais atores sociais da referida municipalidade e entorno, destacadamente, Prefeitura Municipal e seus diversos setores, Sindicato do Trabalhadores Rurais, EMATER, Escolas, Universidades, Associações, Cooperativas, Conselhos Municipais, Movimentos Sociais e outras entidades interessadas por temas do desenvolvimento rural, bem como o público em geral.

O ponto de partida da tese foi o Projeto de Pesquisa intitulado “Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade (AFDLP/2003).” Esse projeto foi realizado no início dos anos 2000, coordenado pelos professores Sergio Schneider (UFRGS) e Flávio Sacco dos Anjos (UFPel), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto realizou a coleta de informações nos municípios de Veranópolis, Três Palmeiras, Morro Redondo e Salvador das Missões, todos no RS.

Em Salvador das Missões foram entrevistadas 58 famílias, escolhidas através de sorteio, em todas as comunidades rurais do município. Essas entrevistas foram realizadas entre janeiro e fevereiro de 2003. Essas famílias responderam a um longo questionário, que contemplava perguntas relacionadas aos seguintes eixos: caracterização da família, dos fatores de produção terra, capital e trabalho, dos processos de produção, informações sobre custos e valor gerado, caracterização do território e do ambiente social e econômico local, além dos aspectos gerais sobre as relações das famílias com o Estado e as políticas públicas.

As informações levantadas em 2003 permitiram a formação de um extenso banco de dados, que foi suporte para a realização de diversos trabalhos, dentre eles, as dissertações de mestrado de Marcelo Conterato (2004), Marcio Gazolla (2004), Guilherme Radomsky (2006), Catia Grisa (2007), Paulo Niederle (2007) e a tese de doutorado de Marcelo Conterato (2008), além de artigos científicos publicados por eles e os coordenadores do projeto.

Em janeiro e fevereiro de 2018 todas as famílias que participaram da pesquisa em 2003 foram localizadas e entrevistadas novamente. Isso possibilitou ter dados das mesmas famílias em dois anos diferentes (2003 e 2018). Além da comparação dos dados de cada ano, essa forma de coletar as informações permitiu identificar as diferentes trajetórias que cada família seguiu entre os anos estudados.

Cabe registrar que, no segundo ano da pesquisa, seis famílias não mais residiam no município de Salvador das Missões, mas, mesmo assim, foram localizadas e participaram da pesquisa. Na segunda rodada de entrevistas foram utilizados os mesmos procedimentos e parâmetros para a coleta de dados, para permitir sua comparação. Além das perguntas feitas em 2003, novas questões foram incorporadas no questionário de 2018, mas a base do roteiro foi a mesma.

Os dados coletados, em 2003, referem-se ao ano agrícola de 2002, por isso ao longo do livro, na apresentação dos resultados, as referências são ao ano de 2002. No ano de 2018 os dados coletados referem-se ao ano agrícola de 2017, sendo esse segundo o ano referido na discussão dos resultados.

A coleta de dados, em 2018, contou com o apoio fundamental do professor Evandro Pedro Schneider, do Campus de Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul. Deixo registrado a ele meus agradecimentos, bem como aos seus orientados e outros acadêmicos que contribuíram na coleta dos dados de campo: Lucas Raimundo Rauber, Artur H. Piper, Fabiane Hammerschmitt, Betina Thiesen e Luana Garcia.

É com base nos dados coletados com essas mesmas famílias, em 2003 e 2018, que a tese foi elaborada. Ela teve como objetivo identificar e analisar as distintas trajetórias históricas e os estilos de agricultura decorrentes das estratégias desenvolvidas por agricultores familiares de Salvador das Missões (RS), entre os anos de 2002 e 2017, bem como discutir os resultados, em termos de diferenciação, desagregação e concentração da produção.

Neste livro prioriza-se a apresentação dos dados na forma de comparação de painéis, destacando as principais mudanças entre os anos de 2002 e 2017. Cabe destacar que, no capítulo 4 da tese, apresenta-se de modo bastante detalhado o método utilizado na coleta, organização e análise dos dados. Ao longo deste livro, apenas em notas de rodapé, são apresentadas de forma resumida as informações necessárias para compreender como foram produzidos os números aqui apresentados.

No primeiro capítulo desse livro apresenta-se um panorama mais geral sobre agricultura, contemplando o conjunto do município de Salvador das Missões, além de informações regionais, estaduais e nacionais sobre as dinâmicas rurais no período estudado. O objetivo é apresentar o contexto das mudanças na agricultura entre os anos de 2002 e 2017.

No segundo capítulo inicia-se a apresentação dos dados coletados com as famílias que participaram da pesquisa. Nele descreve-se as mudanças de caráter demográfico, relacionadas a idade, escolaridade, tamanho das famílias e as implicações dessas mudanças em termos de disponibilidade de mão de obra. No terceiro capítulo discorre-se sobre os meios de produção das famílias, destacadamente o acesso e uso da terra, bem como as questões de disponibilidade de capital e acesso ao crédito. No quarto capítulo apresenta-se as mudanças nos sistemas produtivos, o valor da produção e a composição das rendas. Por fim, no último capítulo, destacam-se os caminhos que foram seguidos pelas famílias entre os anos pesquisados, enfocando a dimensão da renda.

Por fim, registro meus agradecimentos à todas as famílias que aceitaram participar da pesquisa, dispensando tempo e compartilhando informações. Elas não são aqui nominadas, para garantir o anonimato das informações apresentadas. Também agradeço as entidades de Salvador das Missões que apoiaram a iniciativa, destacadamente: Prefeitura Municipal, em especial a Secretaria Municipal de Agricultura, ao escritório municipal da EMATER e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Por outra parte, agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a toda equipe do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, ao Grupo de Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD) e em especial ao meu orientador, professor Marcelo Antonio Conterato. Também registro meus agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela disponibilidade de bolsas de estudo durante a realização do mestrado e doutorado.

CAPÍTULO

01

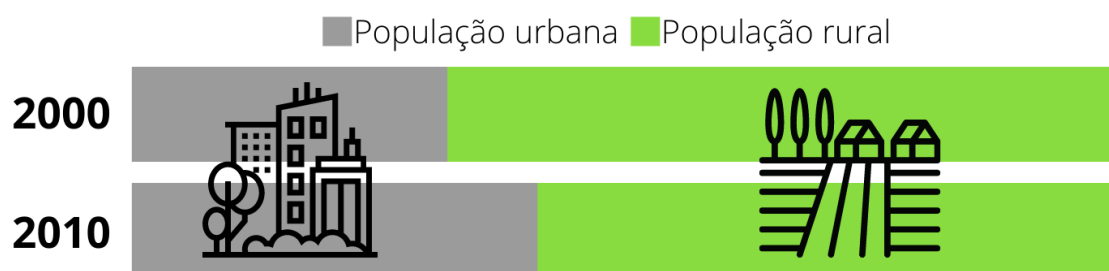
As mudanças recentes na agricultura de Salvador das Missões

Neste capítulo é realizada a apresentação das mudanças ocorridas na agricultura de Salvador das Missões como um todo, não apenas das famílias pesquisadas. Aqui são apresentados alguns aspectos das transformações da agricultura em nível regional, estadual e nacional, utilizando especialmente dados secundários, disponibilizados por instituições de pesquisa, sobretudo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.1 MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS

Os estudiosos da agricultura no Brasil destacam que nos últimos 20 anos têm ocorrido a alteração no tipo de migração da população do campo para à cidade. O êxodo rural anteriormente era marcado mais intensamente pela migração de famílias inteiras. Mais recentemente ganha destaque o processo de migração dos mais jovens e das mulheres, compondo o fenômeno que se denomina de envelhecimento e masculinização do campo. Na dinâmica populacional de Salvador das Missões, conforme os dados dos Censos Demográficos do IBGE, destaca-se a estabilidade da população total entre 2000 e 2010, que passou de 2.665 para 2.669 pessoas. Contudo, em termos proporcionais, as mudanças são mais expressivas, pois nesse mesmo período **a população rural do município** passou de **68,11% para 59,01%**. Infelizmente, o atraso na realização do novo Censo Demográfico impede uma análise mais atualizada desse fenômeno.

Figura 1: População urbana x rural de Salvador das Missões – 2000 e 2010.

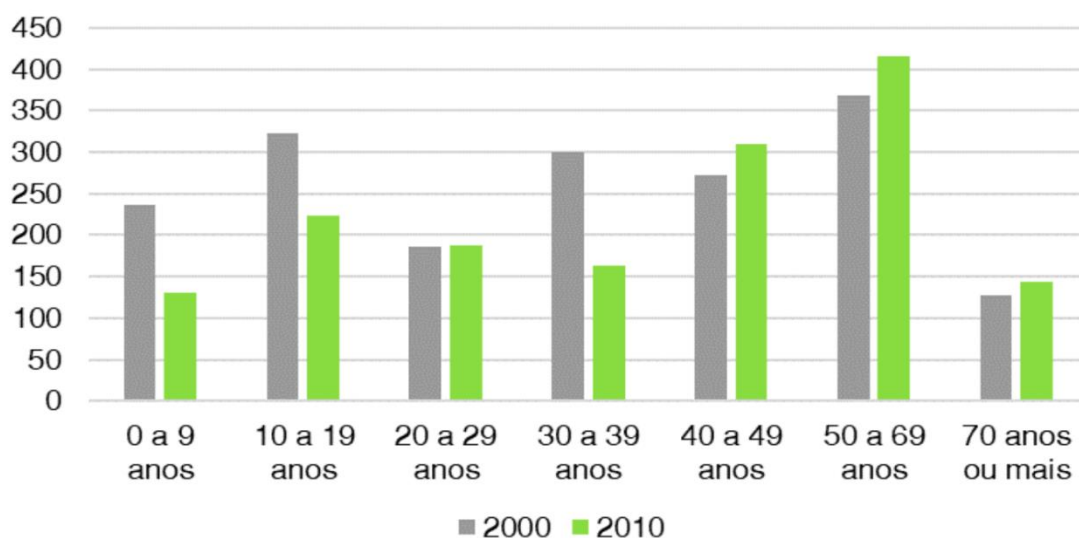


Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000; 2010).

No Gráfico 1 apresenta-se os valores absolutos e por faixa etária da população rural de Salvador das Missões entre 2000 e 2010. Chama a atenção a **forte redução do número de residentes rurais nos dois estratos mais jovens** (idades de 0 a 9 e 10 a 19 anos) e **aumento nos estratos com idades superiores a 40 anos**, o que torna evidente o envelhecimento da população rural do município. Já o número de residentes rurais com idade de 20 a 29 anos manteve-se estável e o de 30 a 39 anos teve forte queda.

Gráfico 1: Número absoluto de residentes rurais por faixa etária em Salvador das Missões – 2000 e 2010.

Gráfico 1: Número absoluto de residentes rurais por faixa etária em Salvador das Missões – 2000 e 2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000; 2010).

O processo de envelhecimento rural, conforme destaca Maia (2014), também ocorre em nível nacional, pois o **número médio de aposentados por domicílio rural aumentou gradativamente** entre os anos considerados nos últimos três Censos Demográficos, tendo passado de 0,25 em 1991, para 0,36 em 2000 e chega 0,46 em 2010. Desse processo de envelhecimento da população rural, especialmente desde o marco legal da Constituição Federal de 1988, que alterou o regime de previdência rural, ampliando e assegurando o direito à aposentadoria rural para mulheres e homens, no valor de um salário mínimo mensal, decorre o aumento da importância da renda obtida através de aposentadoria entre as famílias agricultoras.

Além disso, de acordo com Escher et al. (2014), no Brasil, em um terço dos estabelecimentos rurais familiares e pouco mais de metade dos estabelecimentos rurais não familiares, se recorria ao desenvolvimento de atividades não agrícolas para a obtenção de rendas, evidenciando a grande magnitude do fenômeno chamado de pluriatividade.

Ao discutir a pluriatividade, com base nos dados do projeto AFDLP, Schneider et al. (2006) e Sacco dos Anjos e Caldas (2007) destacam sua importância nas distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento em quatro regiões do RS. Eles apontam a importância das rendas não agrícolas e da pluriatividade entre as famílias pesquisadas, destacando que as famílias que desenvolviam atividades não agrícolas tendiam a apresentar indicadores socioeconômicos superiores às exclusivamente agrícolas, estando a pluriatividade associada ao tamanho das famílias, escolaridade e acesso aos recursos produtivos.

Figura 2: Fatores associados à pluriatividade.



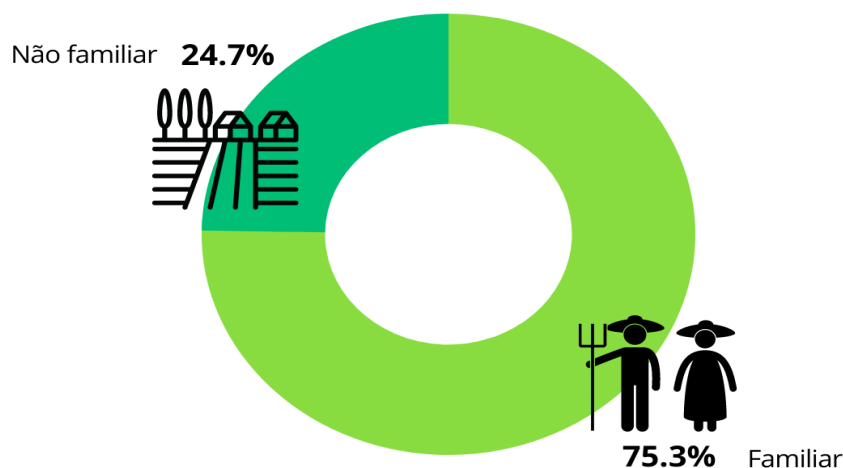
Fonte: Schneider et al. (2006) e Sacco dos Anjos e Caldas (2007) .

1.2 OS DIFERENTES TIPOS DE AGRICULTORES

Outra característica bastante marcante do desenvolvimento rural no município de Salvador das Missões diz respeito ao perfil dos estabelecimentos agropecuários, pois **86,19% deles eram da agricultura familiar**² e acumulavam 75,16% das áreas do município, em estabelecimentos com área média de 17,97 ha, em 2017, enquanto os estabelecimentos que não eram da agricultura familiar possuíam, nesse mesmo ano, área média de 37,08 ha (IBGE, 2017). Ou seja, mesmo os estabelecimentos agropecuários que não se enquadram nos parâmetros de agricultura familiar, que são minoritários numericamente, apresentam áreas médias inferiores a dois módulos fiscais, que é de 20 ha, demarcando claramente que se trata de município com amplo predomínio da agricultura familiar, sendo ela responsável por, aproximadamente, 75,28% do valor total da produção agropecuária de Salvador das Missões (IBGE, 2017).

² Conforme parâmetros da Lei nº 11.326, de 2006.

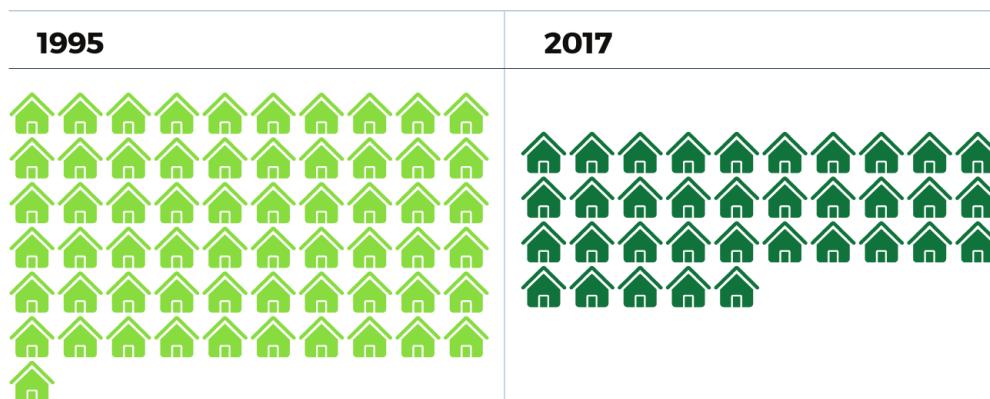
Figura 3: Produção agropecuária da agricultura não familiar x agricultura familiar em Salvador das Missões – 2017.



Fonte: IBGE (2017).

Os dados do último Censo Agropecuário destacam forte alteração no número de estabelecimentos agropecuários de Salvador das Missões. Conforme se observa na Tabela 1, ocorre forte **redução no número total de estabelecimentos agropecuários do município** entre 1995 e 2017³, tendo passado de 608 para 355.

Figura 4: Número total de estabelecimentos rurais em Salvador das Missões – 1995 e 2017.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1995/96, 2006, 2017).

³ É importante registrar as diferenças no método de contabilização dos estabelecimentos entre os Censos de 2006 e de 2017. Conforme o IBGE (2018), em 2017 áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor foram consideradas como apenas um estabelecimento, desde que localizadas no mesmo município, exploradas usando os mesmos equipamentos e pelo mesmo pessoal. Em 2006, bastava que áreas não contínuas estivessem localizadas em setores censitários diferentes para serem consideradas estabelecimentos diferentes. Ou seja, essa alteração metodológica tende a reduzir o número total de estabelecimentos.

Além disso, a tabela mostra um processo de **concentração da terra**, sendo essa uma das tendências observadas nas dinâmicas de desenvolvimento rural do município. Isso se evidencia pela expressiva redução do número de estabelecimentos e da área acumulada nos estratos inferiores ao tamanho de um módulo fiscal (20 ha), sendo que, em 1995, totalizavam 475 estabelecimentos e acumulavam 54,58% da área total e, em 2017, eram apenas 233 estabelecimentos que acumulavam 28,21% das áreas. O estrato de 20 a 50 ha apresenta maior estabilidade na área acumulada, mas também ocorre forte redução do número absoluto de estabelecimentos que compõem esse estrato. Por outro lado, os estratos de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 ha são os únicos onde ocorreu, entre 1995 e 2017, aumento do número total e da área acumulada, o que aponta para a crescente concentração fundiária.

Tabela 1: Número de estabelecimentos e área acumulada por estratos de área em Salvador das Missões – 1995, 2006 e 2017.

	1995		2006		2017	
	Número estab.	Área acumulada	Número estab.	Área acumulada	Número estab.	Área acumulada
0 a menos de 10 ha	224	13,13%	219	12,55%	136	8,60%
10 a menos de 20 ha	251	41,45%	192	32,18%	97	19,61%
20 a menos de 50 ha	125	39,68%	138	48,29%	94	39,87%
50 a menos de 100 ha	8	5,75%	8	5,77%	21	18,41%
100 a menos de 500 ha	0	0,00%	1	1,21%	7	13,52%
Total	608	100%	558	100%	355	100%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1995/96, 2006, 2017)

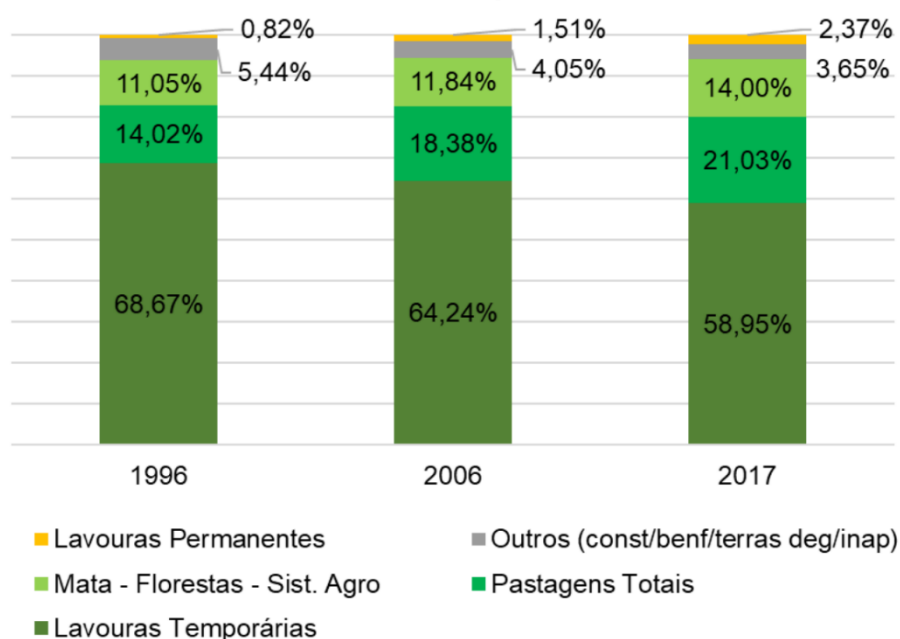
No caso de Salvador das Missões um dos eventos que ajuda compreender essas mudanças foi a construção da barragem São José, no Rio Ijuí, em 2007, que resultou no alagamento de 23 unidades de produção. Consta, nos relatos coletados no município, que o conflito socioambiental gerado pela obra abalou não apenas as famílias diretamente atingidas pelo lago, mas também famílias do entorno e as próprias comunidades rurais, sendo esse um elemento que impactou fortemente a trajetória de algumas das famílias pesquisadas como será posteriormente demonstrado.

1.3 O USO DA TERRA

No Gráfico 2 pode-se observar a **destinação da terra no município** de Salvador das Missões. Ele apresenta a distribuição relativa de sua utilização, com destaque para a destinação prioritária das terras, ainda que decrescente, para as **lavouras temporárias** e o crescimento da participação das áreas com matas, florestas e sistemas agroflorestais e, mais intensamente, o aumento das áreas utilizadas com pastagens. Como se abordará na sequência, esse aumento revela outra dimensão da dinâmica mais recente observada em Salvador das Missões, que é a ampliação da atividade leiteira.

Gráfico 2: Distribuição relativa da utilização das terras em Salvador das Missões – 1996, 2006 e 2017.

Gráfico 2: Distribuição relativa da utilização das terras em Salvador das Missões – 1996, 2006 e 2017.

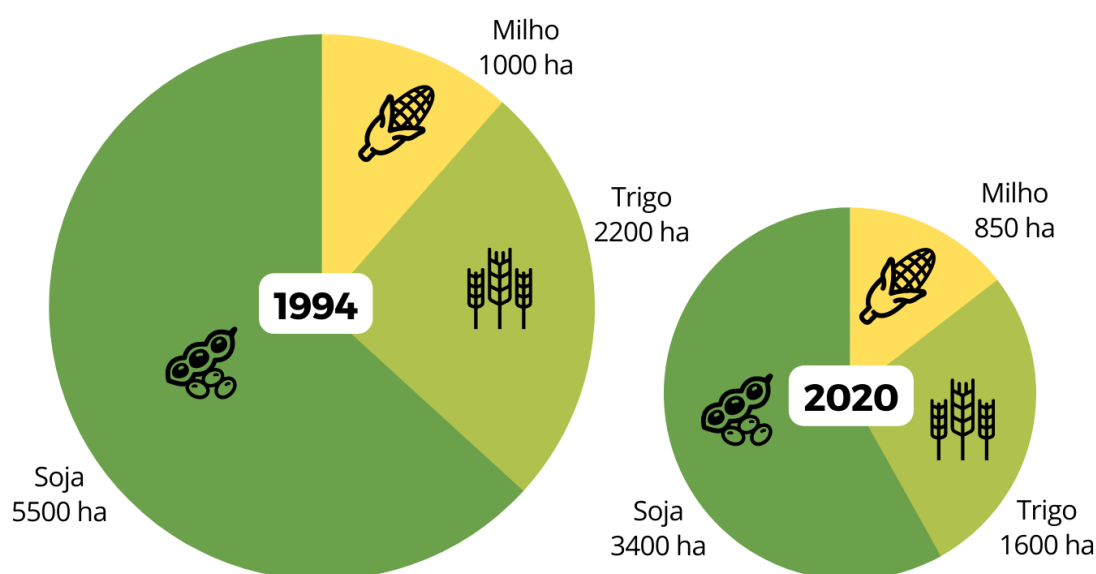


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1996, 2006 e 2017).

Ainda sobre a ocupação da terra, cabe destacar que os principais cultivos em lavouras temporárias no município estudado são **soja, milho e trigo**, que juntos, entre 1994 e 2020 cobriram entre 93% e 98% das áreas plantadas. Conforme as observações de campo, esses cultivos têm sido historicamente desenvolvidos segundo os padrões da forma empresarial de agricultura e, entre 1994 e 2020, apesar do amplo predomínio

relativo destas *commodities* nas áreas de lavouras temporárias, em termos absolutos, ocorreu a **redução das áreas dedicadas a esses cultivos**. Entre esses anos, a área total cultivada com soja passou de 5.500 ha para 3.400 ha e a de trigo reduziu de 2.200 ha para 1.600 ha. No caso do milho em grãos, passou de 1.000 há, em 1994, para cerca de 2000 ha nos anos 2008 a 2012, mas caiu para 850 ha em 2020 (IBGE – PAM, 1994 - 2020).

Figura 5: Área plantada de *commodities* (em hectares).



Fonte: IBGE – PAM (1994; 2020).

Quanto ao **demais cultivos** em lavouras temporárias, destacadamente os que são destinados ao **consumo das famílias**, observa-se sensível **redução na área total plantada entre 1994 e 2020**. No caso da batata-doce foi de 20 ha para 5 ha, de batata inglesa de 40 ha para 2 ha, de mandioca de 200 ha para 50 ha e o feijão variou de 20 ha para 10 ha. Se somarmos a esses cultivos a área plantada com arroz e amendoim, em 1996, todas elas representavam 4,21% da área plantada das lavouras temporárias mas, em 2020, correspondiam a 1,14%.

Por outro lado, olhando-se para o cenário global é importante destacar que o setor agropecuário brasileiro, nos quinze anos analisados neste trabalho (2002-2017), apresentou sensível crescimento⁴, tendo sido fortemente impulsionado pela **elevação internacional dos preços nominais e reais dos produtos agrícolas** (*boom das commodities*) e pelo **aumento da demanda internacional**, em função da ampliação de mercados consumidores, como os da China e Índia. Soma-se a isso, um conjunto de políticas internas de apoio aos agricultores, que foram levadas a cabo no âmbito interno (BELIK, 2015a; BLACK, 2015; SILVEIRA, 2017).

Essas **mudanças no cenário interno e externo** contribuíram para a forte **valorização dos preços das terras a partir dos anos 2000**, o que amplia o limite ao avanço das formas familiares de produção, em função dos históricos níveis de concentração da terra no Brasil (DELGADO, 2017), que se perpetuaram ao longo do período de análise. No caso do sul do Brasil, as terras destinadas ao cultivo de grãos, desde os anos 2000, apresentam forte elevação do preço por hectare, sendo as de valor mais elevado no país (BACHA, et al., 2016), alcançando valorização real de 253,75%, entre 1994 e 2014 (FRITZ et al., 2018).

Figura 6: Preço da terra no Brasil.



Fonte: Fritz et al. (2018).

⁴ Conforme Silveira (2017), a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas passou de 88 para 215 milhões de toneladas entre 2000 e 2015 e o valor da produção de carnes triplicou entre 2007 e 2014.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AOS AGRICULTORES

No caso das políticas públicas mais recentes para o setor agrícola, conforme destaca Grisa (2017), desde o segundo mandato da ex-presidente Dilma, as perspectivas neoliberais voltaram à agenda pública, especialmente a partir do início do Governo de Michel Temer. De acordo com a autora, desde aí a narrativa passa a se fundamentar no argumento liberal da necessidade de ajuste das contas públicas (redução nos investimentos do Estado, reforma da previdência e privatizações), ampliação da competitividade empresarial (flexibilização das normas trabalhistas) e priorização do mercado, em detrimento do Estado, como sujeito fundamental da promoção do desenvolvimento.

Conforme Grisa e Schneider (2015), no período 2002-2015 constitui-se no Brasil a terceira geração de políticas públicas para o desenvolvimento rural, que tornou o país uma referência internacional nessa área, por elas combinaram instrumentos tradicionais, como crédito e assistência técnica, com mecanismos inovadores, como os de apoio à comercialização (SCHNEIDER; ESCHER, 2014). Alguns exemplos dessa terceira geração de políticas para a agricultura familiar foram: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as alterações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os Programas de Habitação Rural e Luz para Todos. Além destes, também são marcas importantes do período, a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultura familiar e assentamentos da Reforma Agrária, em 2010 e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 2012.

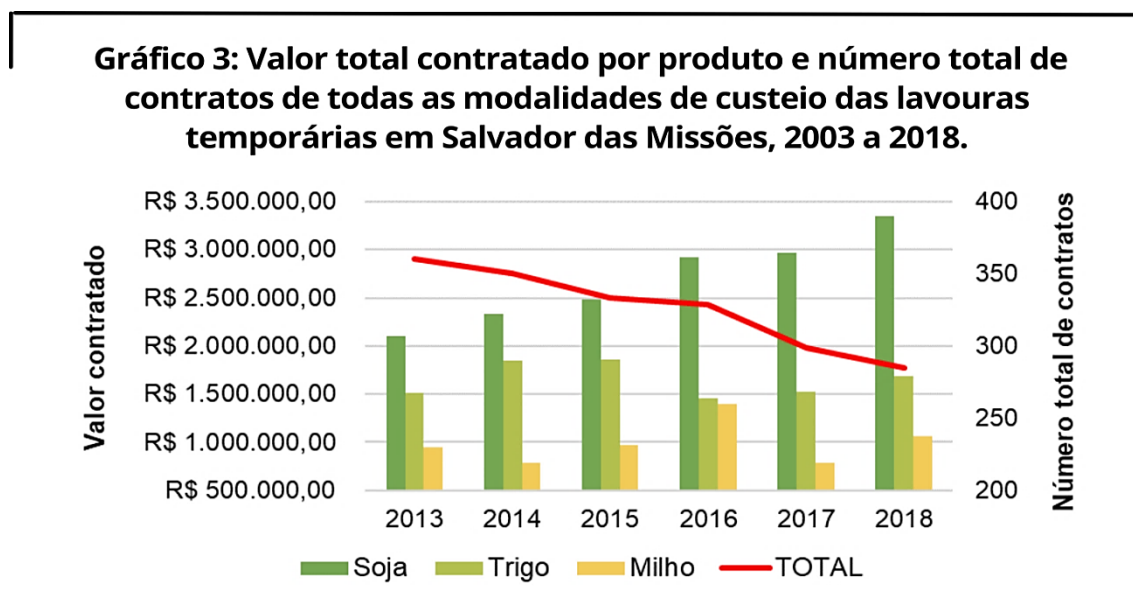
No caso específico de Salvador das Missões, pode-se destacar a constituição da Cooperativa dos Agricultores Familiares (COOPAF), em 2006, que contava, em 2017, com 89 associados e também da Rede Missioneira de Agricultores Familiares (REMAF), como sinais da emergência e fortalecimento de novos atores, que ocorre na confluência da ação dos agricultores com as políticas públicas. Essas experiências (COOPAF e REMAF) foram levadas a cabo por agricultores familiares, recebendo importantes aportes públicos, como o caso da entrega de alimentos ao Restaurante Universitário do Campus Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), ou da construção de quiosques para comercialização da produção, conforme descrito por Schneider e Prestes (2016). Conforme Grisa (2020), desde 2016 inverteu-se a lógica de inovação e de

construção de políticas públicas de apoio aos agricultores familiares, passando a existir, desde então, um cenário de desmantelamento dessas políticas.

A criação do PRONAF, em 1996, foi um dos marcos históricos mais importantes das políticas específicas para a agricultura familiar. Tem sido crescente o volume de recursos investidos e o número de contratos (BIANCHINI, 2015; GRISA et al., 2014), porém seu alcance tem sido relativo, dado o grande número de agricultores que não têm tido acesso. Além disso, são recorrentes as críticas no sentido da concentração espacial dos recursos, privilegiando algumas regiões do país. Também critica-se a seletividade em relação ao perfil dos produtores e o aprofundamento da concentração dos recursos em apenas alguns produtos, ocorrendo uma espécie de “sequestro” da maior parte dos valores em sistemas produtivos conformados pelas formas empresariais de agricultura, ou para conformá-las, privilegiando setores mais capitalizados da agricultura familiar, o que restringe fortemente o uso do PRONAF em perspectivas mais diversificadas e autônomas de agricultura (BELIK, 2015a; GRISA et al., 2014; AQUINO et al., 2018; CONTERATO; BRÁZ, 2019).

No caso de Salvador das Missões, o Gráfico 3 mostra a variação do volume total de crédito de todas as fontes e o número total de contratados destinados aos principais cultivos de lavoura temporária. Foram incluídas todas as modalidades de custeio para a atividade agrícola, observando-se que **soja, milho e trigo absorvem a quase totalidade dos recursos**, pois exceto esses contratos, foram realizadas apenas cinco outras operações de custeio para canola. O valor total contratado tem crescido anualmente, tendo passado de R\$ 4,6 milhões para R\$ 6,1 milhões no período pesquisado. Como o número total de contratos tem caído anualmente (de 380 para 285), elevou-se o valor médio contratado, que passou de R\$ 13 mil para R\$ 22 mil, entre 2013 e 2018. O Gráfico 3 também evidencia certa estabilidade no volume total de crédito destinado às lavouras de milho e trigo e, quanto à **soja, houve crescimento em todos os anos da série**.

Gráfico 3: Valor total contratado por produto e número total de contratos de todas as modalidades de custeio das lavouras temporárias em Salvador das Missões, 2003 a 2018.



Fonte: BCB – Matriz de dados do crédito rural (2019).

1.5 OS SISTEMAS PRODUTIVOS

Os dados secundários confirmam as observações de campo em relação à redução absoluta das áreas cultivadas com soja, milho e trigo, que decorrem da **forte ampliação da atividade leiteira**. O Gráfico 4 demonstra a elevação do efetivo de bovinos, que passou de 7.236 para 8.268 cabeças, entre 2001 e 2019. Até o ano de 2016, crescimento semelhante foi observado no número de vacas ordenhadas, que representavam, aproximadamente, 45% do rebanho bovino. Mais recentemente o número total de vacas ordenhadas diminuiu, implicando na redução da sua participação relativa no total do rebanho, tendo passado para 39,5% em 2019, o que **sugere crescimento da bovinocultura com perfil mais especializado na produção de carne**.

Também observa-se crescimento expressivo do volume total de leite produzido, o que demanda a ampliação da oferta de alimentação para os animais, sendo intensamente utilizado silagem, especialmente de milho, feno e pastagens de inverno, o que implicou, como visto anteriormente, na **redução das áreas cultivadas com soja, milho e trigo e ampliação da área total destinada ao cultivo de pastagens**. Um exemplo dessa mudança é o crescimento da área plantada com aveia, que passou de 350 ha, em 2010 para 3.000 ha, em 2019.

Além disso, a relação entre o volume de leite produzido e o número de vacas ordenhadas permite a verificação da produtividade média do rebanho municipal, que, como se observa no Gráfico 5. Destaca-se que a produtividade de leite e o número de vacas ordenhadas cresceram juntas até o ano de 2013, o que explica o aumento do volume total de leite produzido. De 2016 para cá o número de vacas ordenhadas diminuiu, mas a produtividade aumentou intensamente, sendo essa a explicação para o aumento do volume produzido. Como veremos mais adiante, as mudanças na produção de leite estão fortemente associadas as trajetórias familiares, com variações que vão desde a exclusão produtiva até a especialização da produção.

Gráfico 4: Efetivo de bovinos, vacas ordenhadas, volume produzido e produtividade leiteira em Salvador das Missões, de 2001 a 2019.



Fonte: FEE DADOS, 2022.

Quanto ao panorama regional da produção de suínos, considerando especialmente o sul do Brasil, a literatura aponta um traço distintivo em relação à produção leiteira. Enquanto **na produção de leite destaca-se um processo, em curso, de forte concentração e exclusão produtiva, para a produção suína, ao que se constata, esse processo já ocorreu em décadas passadas**, especialmente a partir dos anos 1980, com a difusão dos sistemas integrados de produção (MIRANDA, 2005; TERHORST; SCHMITZ, 2007).

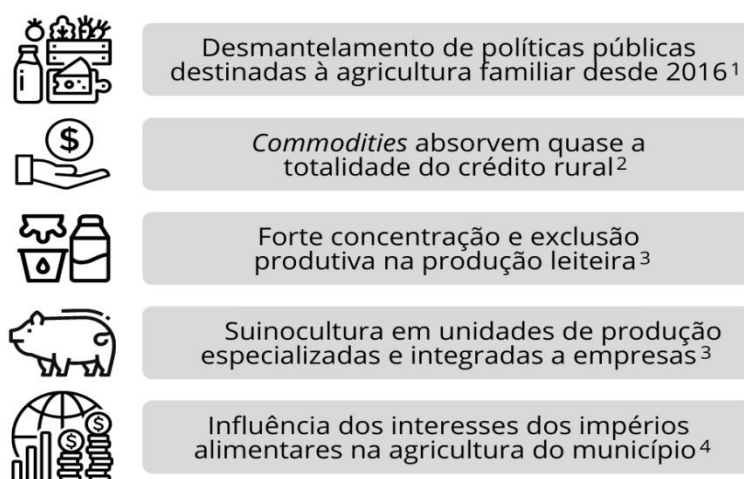
Em Salvador das Missões ocorreu forte crescimento da produção de suínos, pois o rebanho passou de, aproximadamente, nove mil cabeças na década de 1990, para pouco

mais de quarenta mil cabeças, em 2020 (PPM-IBGE, 2022). Conforme as observações de campo e depoimentos de lideranças locais, essa ampliação do rebanho suíno tem se dado em unidades de produção mais especializadas e integradas a empresas agroindustriais, em paralelo com a redução da produção comercial de suínos por muitas outras famílias.

Ao observar-se a evolução recente da agricultura brasileira e na região das Missões do RS, percebe-se o avanço dos mercados de *commodities*, nos quais os ganhos de produtividade e de escala, impulsionados pela incorporação de tecnologia e maior mobilização de capital, não parecem se configurar como ambientes favoráveis aos agricultores familiares, ao menos para parte expressiva deles, em função das dificuldades relacionadas aos limites de disponibilidade de terra, capital e trabalho.

Além disso, a dinâmica dos mercados globais exige permanentemente a atualização e renovação de determinados padrões de qualidade, conforme os alimentos projetados segundo os interesses e necessidade dos processos de industrialização. Contudo, como destacam os trabalhos de Bazzoti (2016), em relação à soja e de Souza e Buainanin (2013), em relação ao leite, existe um conjunto de agricultores familiares que mantém os vínculos com essas cadeias globais de valor, incorporando-as em seus sistemas produtivos e conformando estilos de agricultura segundo seus padrões. Conforme Ploeg (2008), **essas transformações apontam para a ampliação da inserção da rede de interesses dos impérios alimentares na agricultura do município** e o aumento da presença de formas mais empresariais de agricultura.

Figura 7: Políticas públicas e sistemas produtivos.



Fontes: ¹ Grisa (2020); ² BCB – Matriz de dados do crédito rural (2019); ³ Miranda (2005), Terhorst; Schmitz (2007) e dados da pesquisa; ⁴ Ploeg (2008).

CAPÍTULO

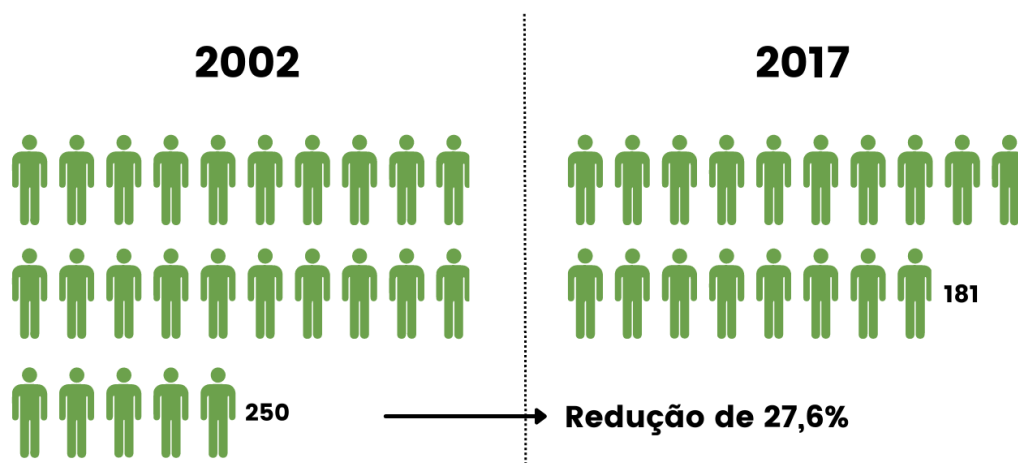
02 Características das famílias pesquisadas

Neste capítulo inicia-se a apresentação das características das 58 famílias pesquisadas. Na primeira seção destaca-se as principais alterações nas características demográficas das famílias e, na sequência, as implicações dessas mudanças na disponibilidade de mão de obra e as estratégias adotadas em relação ao trabalho.

2.1 MODIFICAÇÕES NO TAMANHO E NA IDADE DAS FAMÍLIAS

O número total de integrantes das 58 famílias passou de 250 pessoas, em 2002, para 181, em 2017. Com isso, **o número médio de pessoas por família passou de 4,31 para 3,12. A idade média do conjunto dos residentes passou de 37,1 para 49,33 anos.** Em outras palavras, no período considerado, em termos médios, ocorreu o envelhecimento e a redução do tamanho das famílias estudadas.

Figura 8: Número total de integrantes das famílias pesquisadas.



Fonte: Dados da pesquisa.

A redução no tamanho das famílias pode ser observada na Tabela 2. Em 2002 não havia nenhuma família com apenas um integrante e em 2017 haviam sete famílias com esse número de integrantes. Outro grupo que teve crescimento nesse período foi o de famílias com dois integrantes, passando de 17,24% para 25,86% do número total de famílias. O último grupo de tamanho familiar que apresentou crescimento foi o de três integrantes (de 17,24% para 22,41%). Por outro lado, as famílias com quatro integrantes reduziram de 29,31% para 18,97%. As famílias com cinco integrantes tiveram pequena redução, ficando, em ambos os anos, em cerca de 16%. Por sua vez, as famílias com seis integrantes tiveram redução mais expressiva, passando de 12,07% para 3,45%, o que também ocorreu com as famílias com sete ou mais integrantes, que passaram de 6,9% para 1,72% do número total de famílias entre 2002 e 2017.

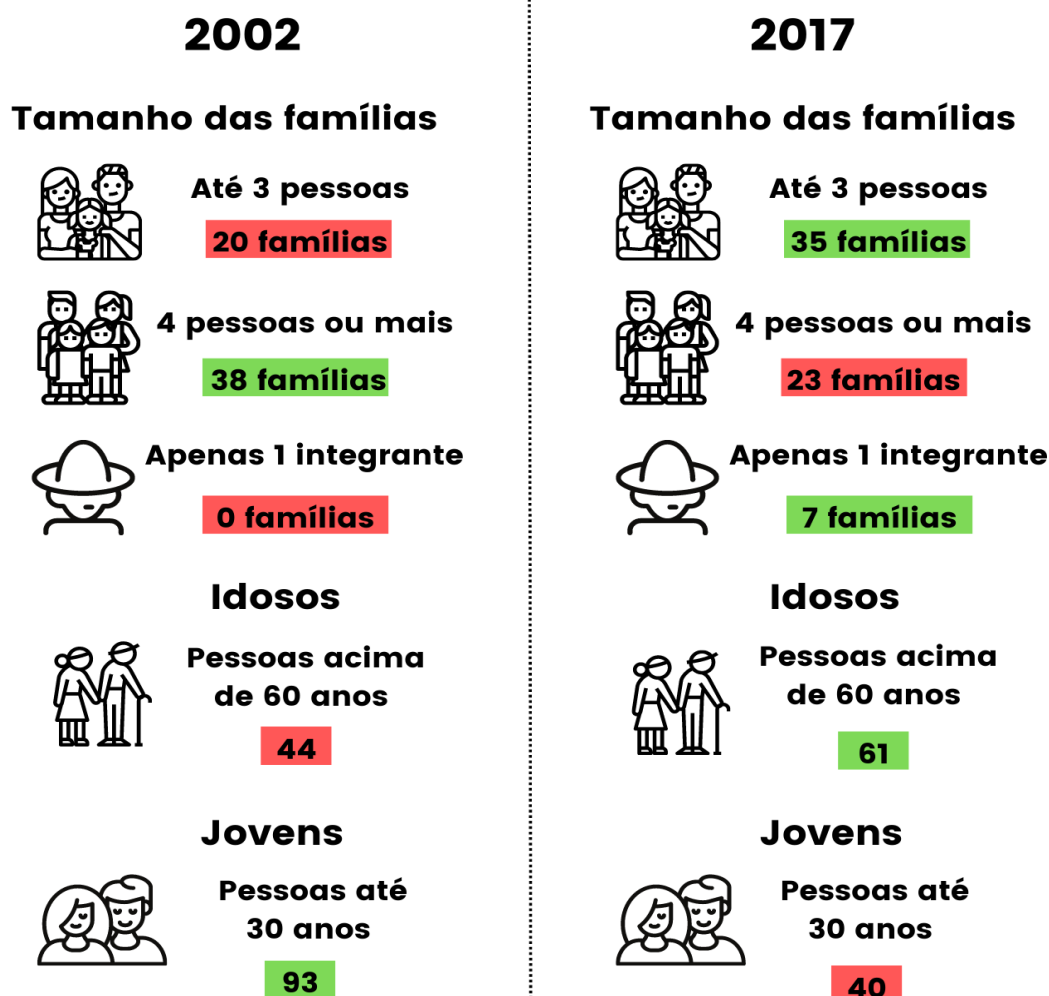
Tabela 2 - Distribuição das famílias pesquisadas, em 2002 e 2017, segundo estratos do número total de integrantes

Estratos do número total de integrantes	2002		2017	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
1	0	0	7	12,07
2	10	17,24	15	25,86
3	10	17,24	13	22,41
4	17	29,31	11	18,97
5	10	17,24	9	15,52
6	7	12,07	2	3,45
7 ou mais	4	6,9	1	1,72
Total	58	100	58	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Observou-se que, de 2002 para 2017, aumentou o número de famílias com até três integrantes e diminuiu o número de famílias com quatro ou mais integrantes. Entre os dois anos da pesquisa o número de famílias que possuíam de um a três integrantes passou de 20 para 35 famílias. Nesse mesmo período, o número de famílias com quatro ou mais integrantes passou de 38 para 23 famílias. Ou seja, a tendência observada na pesquisa é de redução do tamanho das famílias.

Figura 9: Características das famílias.



Fonte: Dados da pesquisa.

O número de residentes por faixa etária pode ser observado na Tabela 3. Nela pode-se perceber que nos estratos das menores idades ocorreu redução do número total de residentes, entre 2002 e 2017, sendo essa redução bastante expressiva no grupo de até 15 anos de idade que, em termos relativos, passou de 21,22% para 7,73%. Também no grupo de 15 a 30 anos observa-se redução de menor magnitude pois, em termos relativos, passou de 15,99% para 14,36%, mas ocorreu redução bastante expressiva no grupo de 31 a 45 anos de idade, que passou de 25,31% para 12,15%. A partir desta faixa etária a tendência se inverte, observando-se aumento no número total de residentes e na participação relativa, sendo que, na faixa de 46 a 60 anos, passou de 20% para 32,04% e na faixa acima de 60 anos foi de 17,55% para 33,7%.

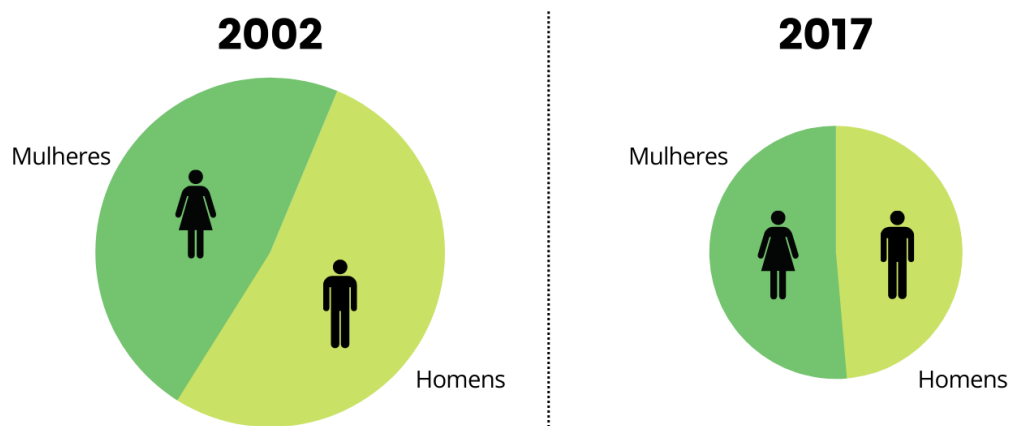
Tabela 3 - Valor absoluto e relativo do número de componentes das famílias por estrato de idade em 2002 e 2017

	2002		2017	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Até 15 anos	53	21,22	14	7,73
De 15 a 30 anos	40	15,92	26	14,36
De 31 a 45 anos	64	25,31	22	12,15
De 46 a 60 anos	49	20,00	58	32,04
Acima de 60 anos	44	17,55	61	33,70
Total	250	100,00	181	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Ao considerar-se a composição de gênero (homens e mulheres) das famílias observa-se que, entre 2002 e 2017, o número total de mulheres reduziu de 116 para 93 e o número de homens de 129 para 88. Tanto para homens como para mulheres ocorreu redução no número absoluto dos integrantes entre os anos pesquisados, todavia entre os homens essa redução foi mais intensa, dado que, em termos relativos, os homens eram 52,65% no primeiro ano da pesquisa e passaram para 48,62% no segundo ano. Com isso, ocorre uma tendência de feminização das famílias, pois em termos relativos **as mulheres passaram de 47,35% para 51,38% do número total de integrantes das famílias**. Esse dado contraria as informações da literatura que apontam para o processo de masculinização da população rural e, em parte, se explica em função de muitas algumas famílias pesquisadas terem se urbanizado no segundo da pesquisa, como se demonstrará posteriormente.

Outro elemento que explica o aumento da proporção de mulheres entre as famílias pesquisadas é o fato delas serem mais longevas que eles, pois a idade média do grupo feminino variou de 38,14 para 50,83 anos de idade, enquanto do grupo masculino foi de 36 para 47,75 anos de idade. Como observado nos dois anos da pesquisa, a idade média do grupo das mulheres é menor que dos homens e, no segundo ano, a diferença na idade média dos homens e mulheres aumenta ainda mais.

Figura 10: Distribuição da população por gênero.

Fonte: Dados da pesquisa.

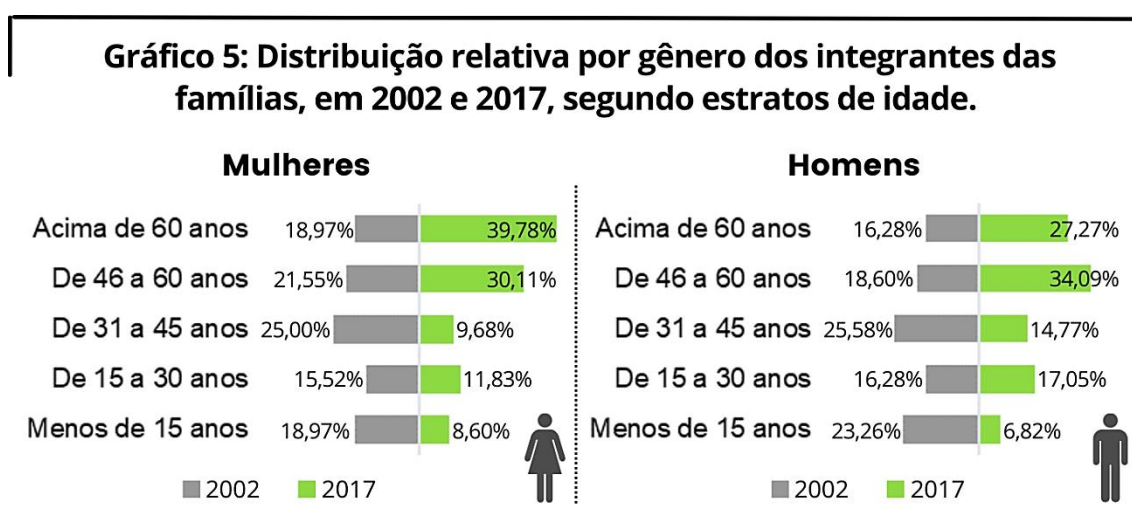
Nas figuras a seguir (Gráfico 5) observa-se a distribuição relativa dos integrantes das famílias pesquisadas, por faixa etária e separadas por gênero, em 2002 e 2017. Na faixa etária mais baixa, tanto para homens como para mulheres, ocorreu redução expressiva, evidenciando **forte diminuição proporcional da presença de crianças e adolescentes**, especialmente no caso dos homens. Essa mesma intensidade de redução foi observada na faixa de 31 a 45 anos, todavia, nesse caso ela é mais intensa para as mulheres. Nas **faixas etárias acima de 45 anos de idade ocorreu expressivo aumento de homens e de mulheres**. A faixa etária que apresentou menor oscilação relativa foi a de 15 a 30 anos, tanto para homens como para mulheres.

Somando-se a participação relativa das faixas etárias acima de 46 anos tem-se que 40,52% dos integrantes das famílias, em 2002, eram mulheres e, em 2017, passaram para 69,89%. No caso dos homens, no mesmo período e mesmas faixas etárias, houve a passagem de 34,88% para 61,36%. Ou seja, em 2017 cerca de 70% das mulheres e 62% dos homens possuíam mais que 46 anos de idade e apenas 9% das mulheres e 7% dos homens tinham menos que quinze anos de idade.

Ao observar-se a composição etária e o tamanho das famílias, confrontando os dados de 2002 e 2017, pode-se afirmar, em síntese, que ocorreu **forte redução do tamanho das famílias e significativo processo de envelhecimento**. As duas tendências observadas são bastante claras, pois, por um lado, ocorreu redução da quantidade de pessoas nos estratos de idade mais jovens e do número de famílias com

maior número de componentes. Por outro lado e em sentido oposto, ocorreu aumento do número de pessoas nos estratos de idade mais altos e também do número de famílias com menos componentes. Além disso, quando considerada a distribuição de gênero, segundo diferentes faixas etárias, observa-se que não há diferenciação no processo de envelhecimento entre homens e mulheres, pois esses dois grupos apresentam tendências semelhantes.

Gráfico 5 - Distribuição relativa por gênero dos integrantes das famílias, em 2002 e 2017, segundo estratos de idade



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Quanto à escolaridade dos integrantes das famílias, os dados foram sumarizados na Tabela 4. Pode-se observar que o estrato predominante, nos dois anos considerados, é o de até quatro anos de escola, seguido do estrato de cinco a oito anos. Chama a atenção a redução na quantidade de pessoas em cada um dos estratos de escolaridade até oito anos de estudo, donde é importante destacar a inexistência de analfabetos ou semianalfabetos, em 2017. Além disso, chama a atenção o **aumento da proporção de pessoas nos estratos de ensino técnico e superior**. Apesar disso, deve-se destacar que, entre o grupo pesquisado ainda **predomina, de forma amplamente expressiva, as pessoas com até oito anos de escolaridade**.

Tabela 4 - Distribuição dos integrantes das famílias pesquisadas por estratos de escolaridade, em 2002 e 2017

	2002		2017	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Analfabeto ou semianalfabeto	5	2,17	0	0
Até 4 anos de escola	95	41,3	62	37,35
De 5 a 8 anos de escola	75	32,61	47	28,31
Ensino médio, completo ou não	44	19,13	32	19,28
Ensino técnico	0	0	5	3,01
Ensino superior, completo ou não	11	4,78	20	12,05

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Quanto ao local de moradia observou-se que o número de famílias que residia em espaço rural passou de 43 para 30 famílias. Ocorreu **aumento do número de famílias morando em vilas rurais**, que passou de 10 para 16 famílias **e no meio urbano**, que passou de 5 para 12 famílias. Com isso, percebe-se que ocorreu alteração de local de domicílio apenas de famílias que, em 2002, residiam em espaço rural. Ou seja, todas as famílias que residiam em vila rural ou na cidade, no ano de 2002, mantiveram seu domicílio nesse mesmo espaço em 2017.

2.2 MÃO DE OBRA E AS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO⁵

Vejamos quais as implicações que as mudanças no perfil demográfico das famílias geraram na capacidade familiar de trabalho (disponibilidade de mão de obra) e as estratégias utilizadas pelas famílias frente ao envelhecimento e à redução numérica de seus integrantes. Destaca-se, inicialmente, conforme a Tabela 5, que em 2002 todas as famílias alocavam força de trabalho em atividades agrícolas e em 2017 oito famílias não mais empregavam mão de obra familiar nesse tipo de atividade.

⁵ Análise mais detalhada e aprofundada sobre esse tema pode ser vista em artigo publicado na Revista Redes, da Universidade de Santa Cruz do Sul. Ele está disponível gratuitamente no seguinte link: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/16819>

A última coluna da Tabela 5 mostra que, em 2002, as famílias possuíam 171,84 Unidade de Trabalho Homem (UTH)⁶ e, em 2017, esse número baixou para 121,8 UTHs, **representando redução de 29,12% na disponibilidade total de mão de obra familiar do conjunto das 58 famílias pesquisadas**. Entre os dois anos da pesquisa, 35 famílias tiveram redução da quantidade total de mão de obra familiar (considerando-se todas as UTHs familiares, independentemente da destinação), em 19 famílias ocorreu aumento e em quatro famílias não ocorreu alteração.

A redução da força de trabalho familiar total está diretamente relacionada à **redução na quantidade de força de trabalho das famílias que foi alocada em atividades agrícolas**, que passou de 147,18 para 91,79 UTHs. Ou seja, houve forte contração do volume de trabalho familiar aplicado em atividades agrícolas. O pequeno aumento na contratação de força de trabalho, que poderia ser uma estratégia para suprir essa redução, não cobriu a referida diminuição, o que implicou no encolhimento da disponibilidade total de trabalho agrícola no conjunto das famílias.

A contratação de mão de obra era realizada por 34 famílias em 2002, sendo ao todo contratadas 5,87 UTHs (média de 0,17 UTH contratada por família) e, em 2017 foram 32 famílias que contrataram, ao todo, 8,54 UTHs (média de 0,27 UTH contratada por família). Isso representa um expressivo aumento relativo no número médio de UTHs contratadas (58,82%), mas em termos absolutos, o aumento não foi tão grande. Nos dois anos considerados predominou a contratação de frações de UTHs, pois, em 2002, duas famílias contratavam UTHs igual ou superior a um e, em 2017, três famílias. Dessa forma, frente à redução da disponibilidade de trabalho familiar, decorrente do envelhecimento e do encolhimento das famílias, a contratação de trabalho não foi uma estratégia muito utilizada pelas famílias pesquisadas.

Variação menos expressiva ocorreu no número de famílias que destinavam força de trabalho familiar para atividades agrícolas fora da sua unidade de produção, ou seja, que trabalham em atividades agrícolas em estabelecimentos que não os próprios. Observou-se leve redução do número de famílias que recorrem a essa modalidade de trabalho e pequeno aumento na quantidade total de UTHs destinadas a esse tipo de trabalho, como se observa na Tabela 5.

⁶ Uma UTH corresponde a 300 dias de trabalho de oito horas e mede a quantidade disponível de trabalho familiar, sendo calculada considerando-se a idade e o tempo dedicado às atividades produtivas. Quanto à idade das pessoas, considerou-se: 1,0 UTH (de 18 a 59 anos); 0,75 UTH (de 14 a 17 anos, ou mais de 60 anos); 0,5 UTH (de 7 a 13 anos); em caso de um membro da família estudar um turno, contabilizou-se somente 50% desses valores.

Também pode-se destacar que, em 2002 eram 22,03 UTHs familiares destinadas ao trabalho não agrícola, que passaram, em 2017, para 27,27 UTHs, representando um **aumento de 23,79% no total de mão de obra familiar destinada para atividades não agrícolas**. Em 2002, ao todo, 21 famílias destinavam mão de obra familiar para atividades não agrícolas e em 2017 esse número passou para 23 famílias.

Tabela 5 - Quantificação das diferentes modalidades de trabalho das famílias pesquisadas em 2002 e 2017

	Força de trabalho contratada		Força de trabalho familiar agrícola		Força de trabalho agrícola total	Força de trabalho agrícola fora da UP		Força de trabalho não agrícola familiar		UTH familiar total
	Nº	Qtd.	Nº	Qtd.	Qtd.	Nº	Qtd.	Nº	Qtd.	Qtd.
	fam.	UTHs	fam.	UTHs	UTHs	fam.	UTHs	fam.	UTHs	UTHs
2002	34	5,87	58	147,18	153,05	8	2,63	21	22,03	171,84
2017	32	8,54	50	91,79	100,33	7	2,74	23	27,27	121,8

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em síntese, ao considerar-se a trajetória do conjunto das famílias, observa-se que a contratação de força de trabalho e a alocação de força de trabalho agrícola fora da UP apresentam aumento, todavia seguem sendo, relativamente, bastante secundárias. As duas modalidades de trabalho mais expressivas, nos dois anos considerados, são o trabalho agrícola e o não agrícola, que seguem trajetórias opostas. Em termos absolutos, as famílias reduziram expressivamente o peso do trabalho agrícola e aumentaram levemente o trabalho não agrícola.

CAPÍTULO

03 Os meios de produção

Neste capítulo destacam-se as principais alterações em relação aos meios de produção das famílias pesquisadas. São consideradas as mudanças fundiárias, especialmente o acesso e uso da terra, bem como as variações em relação ao capital acumulado pelas famílias. Além disso, na parte final do capítulo, apresentam-se as mudanças em relação ao acesso ao crédito para o financiamento das atividades produtivas.

3.1 ACESSO A TERRA

No ano de 2002 as 58 famílias utilizavam área total de 1.201,5 hectares, constituindo áreas médias de 20,72 hectares/família. Em 2017 a área total passou para 1.336,6 hectares, agora em mãos de 53 famílias, o que constitui média de área total de 25,2 hectares/família. Ou seja, ocorreu aumento de 11,24% na área total e redução de 8,62% no número de famílias que possuem essas terras. Sob essa ótica, ocorre **processo de concentração das áreas, dada a redução do número de famílias e o aumento da área total**. A venda total e não mais utilização de terras para atividade agropecuária marcará fortemente a trajetória de um grupo das famílias pesquisadas, como será visto mais adiante.

Cabe destacar que, entre 2002 e 2017, 24 famílias reduziram sua área total (o acumulado passou de 530,4 ha para 265,03 ha), 26 aumentaram (acumulado passou de 551,1 ha para 951,55 ha) e 8 famílias mantiveram a mesma área total (120 ha). Na Tabela 6 pode-se observar o acumulado de área, em termos absolutos (ha) e relativos (%), segundo diferentes estratos de área total.

Entre 2002 e 2017, nas famílias com até dez hectares ocorreu pequeno aumento na área total acumulada (de 63,35 para 76,13 hectares) e redução na área média por família (de 6,34 para 4,76 hectares), pois entre os anos da pesquisa o número de famílias nesse estrato passou de dez para dezesseis, incluindo cinco famílias que, no segundo ano do estudo, não possuíam nenhuma área rural.

Nas famílias com 10,01 até 20 hectares tem-se forte redução na área total acumulada (passa de 385,55 para 258,75 hectares) e na participação relativa (de 32,09% para 19,36%), sendo o estrato que mais perdeu área (redução absoluta de 126,8 hectares). Nesses casos não se alterou fortemente a área média por família (de 14,83 para 14,38 hectares) em função da redução no número de famílias nesse estrato, que passou de 26 para 18. Entre as famílias com área total de 20,01 até 40 hectares não ocorreram variações significativas.

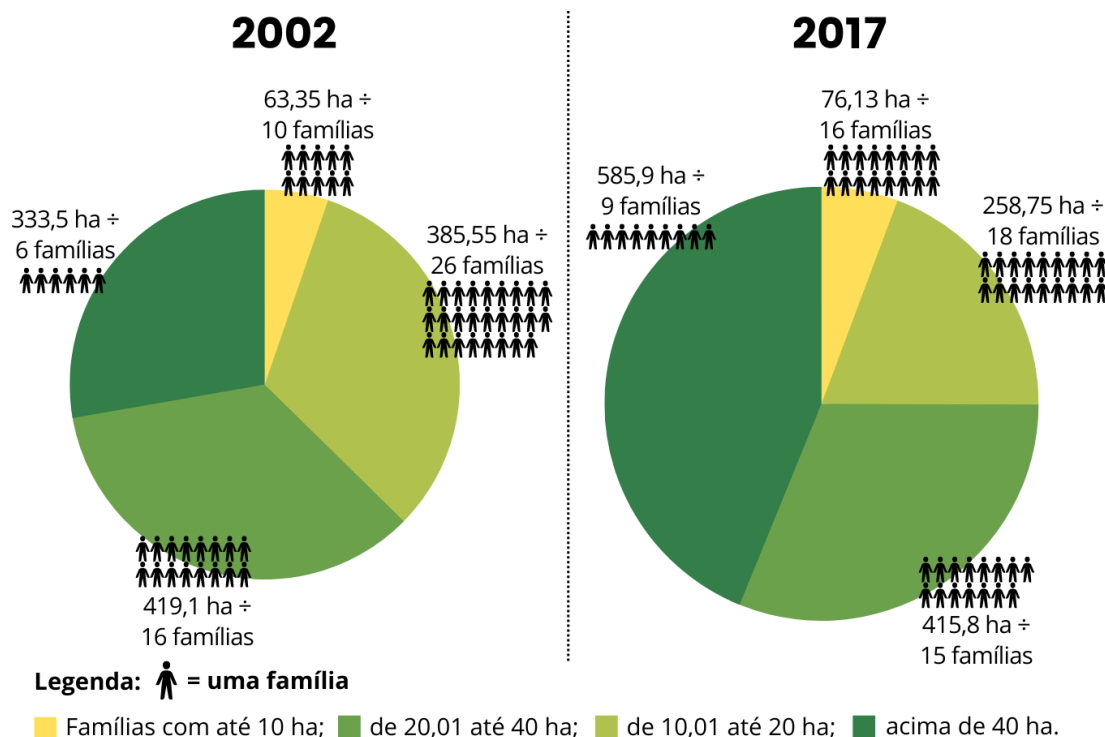
A maior variação aconteceu entre as famílias com mais de quarenta hectares, que acumulavam 333,5 hectares, em 2002 e passaram para 585,9 hectares em 2017, sendo o estrato que apresentou o maior incremento na área total (aumento de 252,4 ha). Nesse estrato ocorreu aumento de 75,68% na área total acumulada que, em termos relativos, passou de 27,76% para 43,84%, demonstrando forte concentração da terra. A área média por família também sofreu elevação, passando de 55,58 hectares para 65,1 hectares e o número total de famílias no estrato subiu de seis para nove.

Tabela 6 - Número de famílias, distribuição absoluta e relativa da terra por estratos de área total, em 2002 e 2017

	2002			2017			Variação na área total 2002 a 2017 (%)
	Número de famílias	Área (ha)	Particip. relativa na área total	Número de famílias	Área (ha)	Particip. relativa na área total	
Até 10 ha	10	63,35	5,27%	16	76,13	5,70%	20,17%
De 10,01 até 20 ha	26	385,55	32,09%	18	258,75	19,36%	-32,89%
De 20,01 até 40 ha	16	419,1	34,88%	15	415,8	31,11%	-0,79%
Acima de 40 ha	6	333,5	27,76%	9	585,9	43,84%	75,68%
Total	58	1201,5	100%	58	1336,6	100%	11,24%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Figura 11: Processo de concentração da terra.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Ao tomar-se os dois primeiros estratos de área da tabela anterior (famílias com até vinte hectares, o que equivale a menos que um módulo fiscal), a soma das áreas resultava em 448,9 ha, em 2002 e passou para 334,88 ha em 2017. Isto é, as famílias com até vinte hectares de área total perderam, entre os anos considerados, 114,02 ha. Considerando-se que as famílias com áreas superiores a 40 ha aumentaram 252,4 hectares em sua área acumulada nesse mesmo período, essas mudanças confirmam o argumento de concentração de terra.

Esse movimento de concentração também se expressa nas áreas que as famílias **arrendavam de terceiros** para desenvolver atividades agrícolas. Observou-se aumento na área total utilizada através de parceria, arrendamento ou outra forma. Em 2002 eram 21 famílias que utilizavam 308,7 ha de terceiros (área média arrendada de 14,7 ha) e em 2017 passou para 352,4 ha, utilizados por 16 famílias (área média arrendada de 22,03 ha). Ou seja, **no primeiro ano da pesquisa, mais famílias arrendavam de terceiros áreas menores e no segundo ano, menos famílias arrendam áreas maiores.**

Por outro lado, também ocorreu expressiva mudança relacionada ao arrendamento de suas terras para terceiros, que passou a ser realizado de forma intensa por parte das famílias pesquisadas. O **volume de terras arrendadas e entregues na forma de arrendamento, ou parceria, para outros produtores saltou de 21 hectares, em 2002, para 181,7 hectares, em 2017**. No primeiro ano da pesquisa, três famílias cediam terras para outros produtores, com área média arrendada de sete hectares. No ano de 2017 foram 16 famílias que arrendaram terras para outros produtores, com área média de 11,36 ha. Nesses termos, observa-se que ocorreu aumento expressivo do número de famílias e do volume de terras arrendadas para terceiros.

Entre os anos pesquisados 23 famílias **augmentaram sua área própria**, através das seguintes formas: quinze famílias - exclusivamente através de compra; três famílias - apenas em função de herança; cinco famílias - o aumento da área se deu por compra e herança. A compra foi a forma predominante de aquisição de terras no período pesquisado. Entre os agricultores que aumentaram a área utilizando o mecanismo de compra (20 casos), 80% deles utilizaram apenas recursos próprios, 15% usaram recursos próprios e financiamento público e 5% das famílias compraram terras usando apenas financiamento público. Entre as quatro famílias que utilizaram financiamento público para aquisição de terras, duas o fizeram por meio do Banco da Terra. Isto é, **a compra de terra com uso de recursos próprios foi a forma predominante de aquisição de novas áreas**.

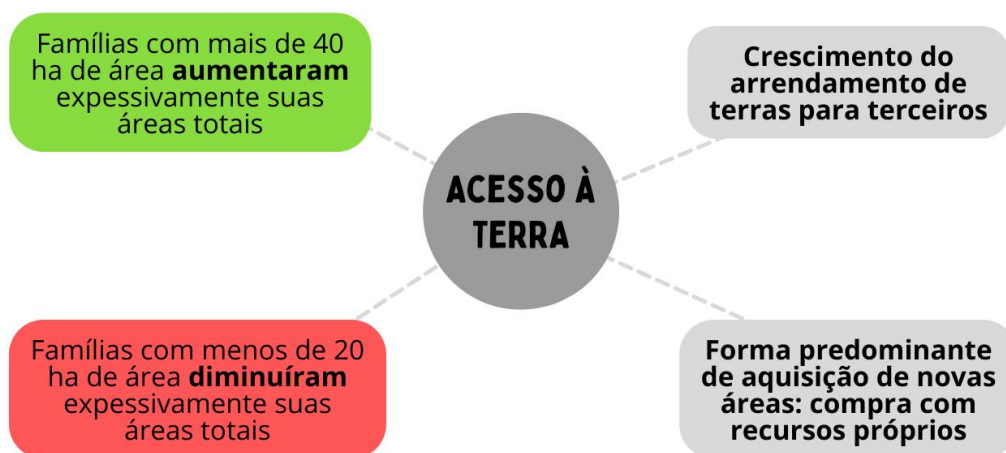
Entre as 18 famílias que tiveram redução de área total destaca-se que: cinco famílias venderam parte da terra (duas mudaram do rural para vila rural e uma do rural para a cidade; as outras duas permaneceram morando em vila rural); quatro famílias venderam toda propriedade (duas foram para vila rural e duas para a cidade); quatro famílias diminuíram a área total em função de divisão por herança; duas famílias perderam toda propriedade por alagamento de barragem⁷; uma família teve redução parcial da área por alagamento de barragem; uma família entregou parcela da terra para credor; e uma família teve redução de área por múltiplas razões (alagamento parcial por barragem, venda parcial e partilha por herança).

⁷ Houve outra família que também perdeu toda propriedade por alagamento, mas que, combinando a indenização e financiamento do Banco da Terra, adquiriu área rural maior em outro município, todavia, ambas áreas inferiores a um terço do módulo fiscal.

Cabe destacar que, ao todo, oito famílias tiveram suas terras alagadas pela Barragem São José, três tiveram perda total e cinco tiveram parte das propriedades alagadas. Das três famílias que tiveram perda total, uma seguiu morando em outra propriedade na área rural de Salvador das Missões, outra foi morar em área rural de município vizinho e a terceira já morava na cidade e não adquiriu outra área rural com a indenização.

Em síntese, considerando o conjunto das mudanças observadas, pode-se afirmar que ocorreu concentração da terra, com diminuição da área total acumulada pelas famílias com até 20 ha e elevação da área total acumulada pelas famílias com mais de 40 ha. O período também foi marcado pelo expressivo crescimento do arrendamento de terras para terceiros. Além disso, a forma predominante de acesso a novas áreas de terra foi a compra, com a utilização de recursos próprios.

Figura 12: Mudanças no acesso e uso da terra entre 2002 e 2017.



Fonte: Dados da pesquisa.

3.2 USO DA TERRA

Quanto à Superfície Agrícola Útil (SAU)⁸ observa-se que entre os anos da pesquisa houve redução, passando de 959,97 hectares para 943 hectares. Em 2002 todas as famílias utilizavam áreas para a produção agrícola, configurando média de área utilizada por família de 16,55 hectares e, em 2017, esse valor passa para 16,26 hectares. Todavia,

⁸ A SAU é a área utilizada com os cultivos ou pelas criações, ou seja, é a parte da área total que é efetivamente usada pelos sistemas produtivos, sendo medida em hectares.

é importante apontar que, no segundo ano da pesquisa, sete famílias não utilizavam nada de área e outras quatro famílias utilizavam áreas extremamente pequenas (marcadamente diminutas hortas). Excetuando-se esses onze casos, a SAU média por família passa para 20,06 hectares.

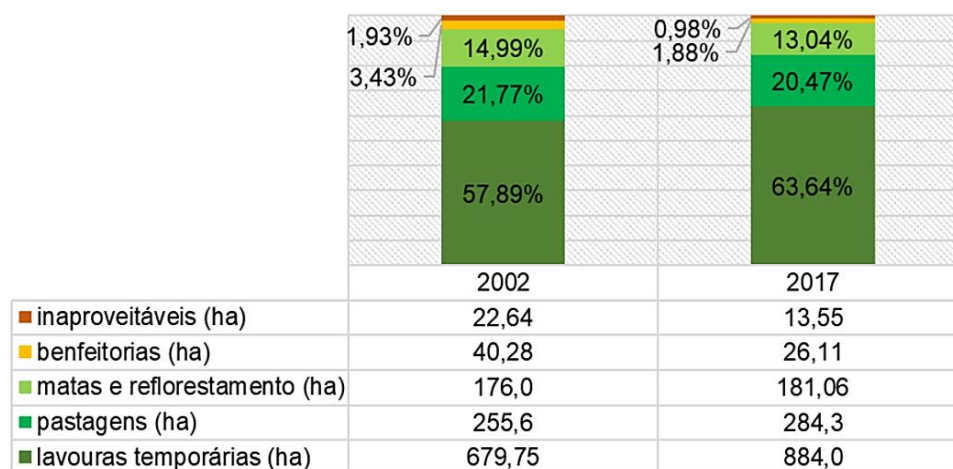
No Gráfico 6 apresenta-se a síntese das principais destinações da terra pelas famílias pesquisadas, em termos absolutos e relativos. As áreas consideradas inproveitáveis, em termos absolutos, passaram de 22,64 ha em 2002, para 13,65 ha em 2017 e, em termos relativos, de 1,93% para 0,98%. As áreas utilizadas com benfeitorias passaram de 40,28 ha para 26,11 ha, e em termos relativos, de 3,43% para 1,88%. Essa redução em boa parte se explica em função da redução do número de famílias que moram no campo. As áreas com presença de matas e reflorestamento tiveram pequeno aumento em termos absolutos, passando de 176 ha para 181,06 ha, todavia, em termos relativos, ocorreu leve redução de 14,99% para 13,04%.

Ainda no Gráfico 6 pode-se observar o comportamento das **áreas destinadas às pastagens**, que apesar do aumento absoluto, entre 2002 e 2017, **de 255,6 para 284,3 ha**, apresentaram pequena redução relativa, passando de 21,97% para 20,33%. Nesse caso é importante separar as áreas com pastagens nativas daquelas com pastagens cultivadas, pois os comportamentos foram opostos. Enquanto as pastagens nativas foram reduzidas de 136,7 hectares para 58,3 hectares, o que representa redução de 57,35%, as pastagens cultivadas aumentaram 90,08%, passando de 118,9 hectares para 226 hectares

Quanto às áreas destinadas às **lavouras temporárias**, destacadamente de soja, milho e trigo, elas aumentaram expressivamente em termos absolutos (**aumento total de 204,5 ha**), mas em termos relativos o aumento não é tão forte, pois ocupavam 57,89% das terras em 2002 e, em 2017 passaram para 63,64%, confirmando essa como **a forma predominante de uso da terra** no período da pesquisa.

Gráfico 6 - Participação relativa e absoluta das principais destinações da terra entre as famílias pesquisadas em 2002 e 2017

Gráfico 6: Participação relativa e absoluta das principais destinações da terra entre as famílias pesquisadas em 2002 e 2017.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em síntese, as mudanças mais expressivas em relação às principais destinações da terra, entre 2002 e 2017, são a redução relativa de todas as categorias, exceto de lavouras temporárias, que aumentou ainda mais sua participação relativa, tendo crescimento absoluto bastante expressivo. Em termos absolutos, também cresceram as áreas ocupadas com matas, reflorestamento e pastagens, destacando-se, no caso destas últimas, a forte redução das pastagens naturais e o crescimento das áreas com pastagens cultivadas.

3.3 CAPITAL E CRÉDITO

O capital⁹ acumulado por todas as famílias pesquisadas passou de R\$ 3,61 para R\$ 5,46 milhões¹⁰, entre 2002 e 2017, o que representa um aumento de 51,52%. Na média, o capital de cada família passou de R\$ 62.155,26 para R\$ 94.177,48 nos anos examinados.

Ao considerar o fato de que, em 2002, havia apenas 56 famílias que efetivamente possuíam capital, tem-se uma média familiar de capital dessas famílias de R\$ 64.375,10. Em 2017, **havia 44 famílias que efetivamente possuíam capital**, o que gera média de capital para estas famílias de R\$ 124.143,05. Nesses termos, ocorreu **expressivo aumento (92,84%) no capital** das famílias possuidoras desse ativo. Destaca-se que **doze famílias descapitalizaram-se integralmente entre os anos pesquisados**, o que irá marcar fortemente suas trajetórias, como veremos mais adiante.

Ao observar-se a distribuição do capital segundo diferentes estratos de valor, na Tabela 7, destaca-se forte processo de concentração. Entre as famílias que possuíam capital, o estrato de até cinco mil reais concentra o maior número de famílias, mantendo-se proporcionalmente no mesmo patamar (61%), tanto em 2002 como em 2017, porém o valor relativo de capital acumulado no estrato diminuiu de 19% para 10%. Isso mostra que as **famílias com menor volume de capital são numericamente predominantes nos dois anos pesquisados, todavia ocorreu redução do volume de capital por elas acumulado**. De modo similar, no segundo e no terceiro estrato de capital (de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil e de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil) também foi observada considerável redução do valor do capital acumulado e no número de famílias em cada estrato.

Em perspectiva oposta, observa-se que, no caso do estrato de capital superior a R\$ 200 mil, ocorreu aumento do número de famílias (passou de três para dez) como também se elevou fortemente o capital acumulado. Isso mostra a capacidade de algumas famílias aumentar o capital ao longo dos anos mas, por outro lado, evidencia **forte**

⁹ O capital acumulado pelas famílias refere-se, especificamente, ao valor total investido por cada família em benfeitorias, máquinas e equipamentos agrícolas. O valor da terra não foi contabilizado nessa categoria.

¹⁰ **Os valores do capital das famílias coletados em 2003 foram atualizados para o ano de 2018.** Para tal, utilizou-se Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), que é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e está disponível no Banco Central do Brasil. É muito importante destacar que o mesmo procedimento foi utilizado para todos os valores monetários de 2002. Ou seja, **todos os valores monetários do primeiro ano da pesquisa foram atualizados para o segundo ano.**

concentração do capital em 2017, dado que 23% das famílias possuíam 75% do capital total.

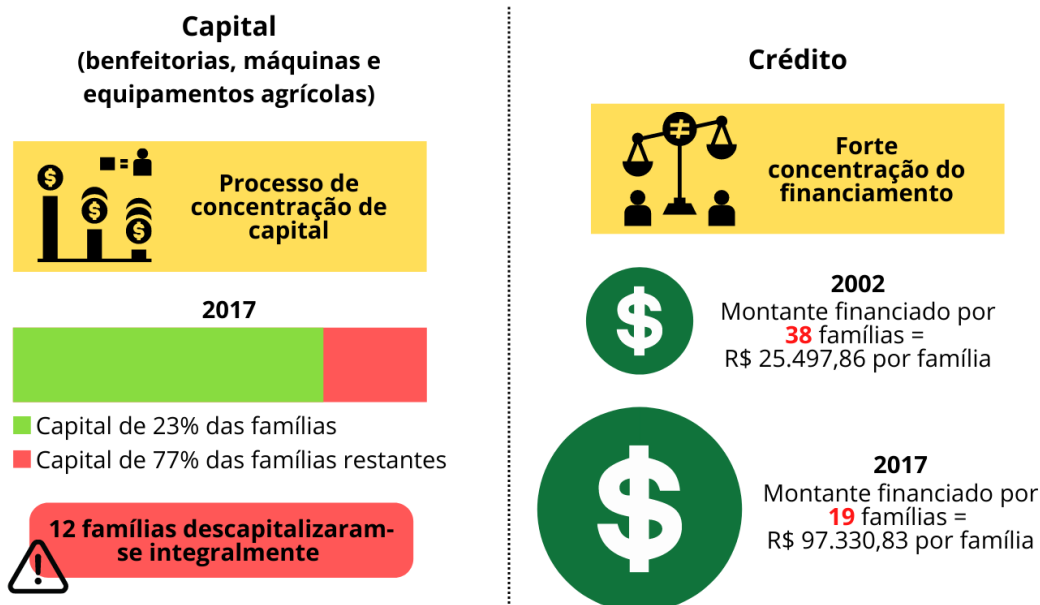
Tabela 7 - Distribuição absoluta e relativa do número de famílias e do valor acumulado de capital em diferentes estratos de capital, em 2002 e 2017

Estratos de capital total	2002				2017			
	número de famílias	valor do capital acumulado no estrato (R\$)	valor relativo número famílias (%)	valor relativo do capital (%)	número de famílias	Valor do capital acumulado no estrato (R\$)	valor relativo número famílias (%)	valor relativo do capital (%)
Menos de R\$ 50 mil	34	R\$ 693.702,56	61%	19%	27	R\$ 520.339,60	61%	10%
Mais de R\$ 50 mil até 100 mil	12	R\$ 859.279,45	21%	24%	3	R\$ 247.402,34	7%	5%
Mais de R\$ 100 mil até 200 mil	7	R\$ 1.015.631,75	13%	28%	4	R\$ 599.305,49	9%	11%
Mais de R\$ 200 mil	3	R\$ 1.036.391,60	5%	29%	10	R\$ 4.095.246,56	23%	75%
Total	56	R\$ 3.605.005,36	100%	100%	44	R\$ 5.462.293,99	100%	100%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Na Tabela 8 observa-se que **38 famílias obtiveram financiamento (custeio ou investimento) em 2002** e que, ao todo, utilizaram R\$ 968.918,76, gerando valor médio financiado de **R\$ 25.497,86 por família. Em 2017, foram 19 famílias que financiaram**, ao todo, R\$ 1.849.285,71, gerando valor médio financiado de **R\$ 97.330,83 por família**. Ou seja, ocorreu aumento expressivo do valor total financiado (90,86%), enquanto o número de agricultores que acessava crédito caiu pela metade. Isso gerou forte aumento (281,72%) no valor médio financiado, o que evidencia **forte concentração do acesso ao crédito**.

Figura 13: Concentração do capital e no acesso ao crédito.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Ainda em relação ao crédito, na tabela que segue pode-se observar que ocorreu redução expressiva do número de famílias que financiavam valores menores (até R\$ 10.000,00) e do valor total acumulado nesse estrato, que passou de 13,1%, em 2002, para 1,62%, em 2017. Por outro lado, ocorreu leve aumento do número de famílias no estrato intermediário (passa de sete para nove), que passou a acumular 22,88% do total financiado em 2017, ante 19,67% em 2002. Contudo, o aumento mais expressivo ocorreu, em termos relativos, no número de famílias (passa de dois para cinco) que **financiam os maiores valores (acima de R\$ 100 mil) e que, no segundo ano da pesquisa, passou a ficar com 75,5% de todo valor financiado, ante 67,23% no primeiro.** Ou seja, no período estudado, os financiamentos menores foram reduzidos drasticamente (tanto em número de famílias, como no valor acumulado), enquanto os financiamentos maiores ampliaram-se fortemente, o que aponta para um cenário de concentração do crédito no período, pois em 2017 cinco famílias ficavam com cerca de 75% de todo valor financiado.

Tabela 8 - Distribuição das famílias, valor absoluto e relativo por estratos de valor total dos financiamentos nos anos de 2002 e 2017

Estratos de valor total financiado (R\$)	2002			2017		
	Número famílias	Valor absoluto (R\$)	Valor relativo (%)	Número famílias	Valor absoluto (R\$)	Valor relativo (%)
Menos de 10.000,00	29	126.875,30	13,10	5	30.000,00	1,62
De 10.000,00 a 100.000,00	7	190.604,24	19,67	9	423.000,00	22,88
Acima de 100.000,00	2	651.439,22	67,23	5	1.396.285,71	75,5
Total	38	968.918,76	100	19	1.849.285,71	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

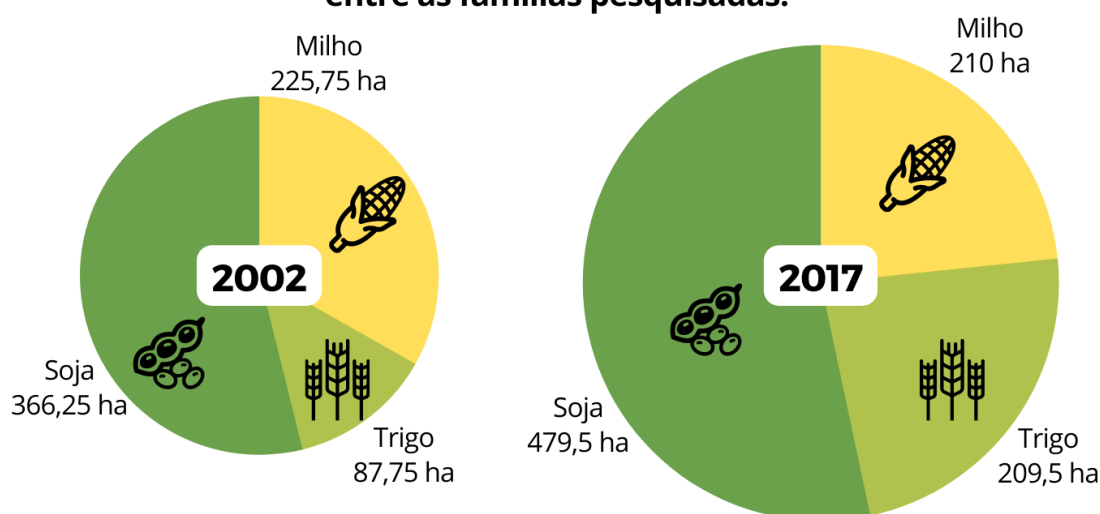
Em síntese, considerando-se a trajetória do conjunto dos casos, observa-se que há maior número de famílias que reduziram o seu capital do que de famílias que o aumentaram. Destaca-se que, no período pesquisado, um quinto das famílias se descapitalizaram totalmente, porém, no outro extremo e em sentido inverso, um quarto das famílias mais do que dobraram seu capital. Além disso, ocorreu elevadíssima concentração do capital em um pequeno grupo de famílias (oito famílias possuem pouco mais da metade de todo capital das 58 famílias). O mesmo processo ocorreu em relação ao acesso ao crédito, pois de 2002 para 2017 reduziram-se os pequenos financiamentos e o crédito passou a se concentrar em um pequeno grupo de agricultores

CAPÍTULO

04 Sistemas produtivos, valor da produção e a renda das famílias

Os principais cultivos comerciais das famílias são apresentados na Tabela 9, sendo eles: soja, trigo e milho. Entre os anos de 2002 e 2017 a produção de **soja foi marcada pela forte redução do número de famílias produtoras (de 49 para 20), aumento da área total cultivada (de 366,25 ha para 479,5 ha)** e pelo consequente aumento do tamanho médio das lavouras de soja, que passou de 7,47 ha para 23,98 ha. Em relação ao trigo também ocorreu redução do número de famílias que se dedicavam ao seu cultivo (de 14 para 11), aumento da área total cultivada (de 87,75 ha para 209,5 ha) e expressivo crescimento da área média plantada por família (de 6,27 ha para 19,05 ha).

Figura 14: Área plantada de *commodities* (em hectares) entre as famílias pesquisadas.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Portanto, no caso desses dois cultivos, ocorre descontinuidade da produção por número considerável de famílias, aumento da área total cultivada e a consequente concentração da produção. Também é importante destacar que ocorreu elevação da produtividade e da produção total desses dois cultivos, conforme se observa na tabela. **No caso do milho ocorreu pequena redução na área total cultivada (de 225,75 ha para 210 ha) e forte redução do número de famílias que o cultivam (de 54 para 32).** No entanto, segue o cultivo de lavoura temporária que é realizado pelo maior número de famílias pesquisadas, sendo plantado em lavouras médias menores que as de soja e trigo (4,18 ha/família, em 2002 e 6,56 ha/família, em 2017).

Tabela 9 - Área total cultivada (ha), número de famílias, tamanho médio das lavouras (ha) e produtividade média (sacas/ha) de soja, trigo e milho das famílias pesquisadas – 2002 e 2017

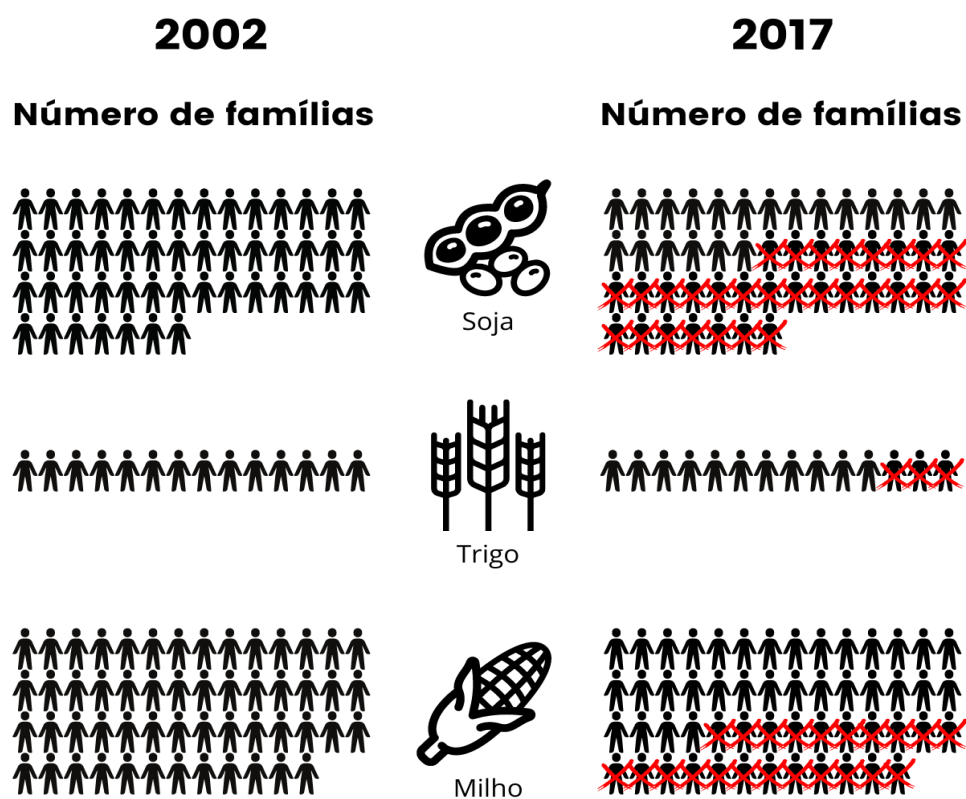
	2002				2017			
	Área total cultivada (ha)	Número famílias	Tamanho médio lavouras (ha)	Produtiv. média (sacas/ha)	Área total cultivada (ha)	Número famílias	Tamanho médio lavouras (ha)	Produtiv. média (sacas/ha)
Soja	366,25	49	7,47	38,27	479,5	20	23,98	53,05
Trigo	87,75	14	6,27	34,25	209,5	11	19,05	42,6
Milho	225,75	54	4,18	-	210	32	6,56	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em relação à produção animal, a **bovinocultura de leite e a produção de suínos são as principais criações com fins comerciais.** Na **atividade leiteira**, entre 2002 e 2017, também se observou concentração da produção, pois ocorreu **forte redução do número de famílias que produziam leite (de 52 para 30)** e, por outro lado, a **produção total teve forte elevação**, impulsionada pelo crescimento do número total de vacas (de 589 para 651), pelo aumento do tamanho médio dos rebanhos (de 10,5 para 18,6 vacas/famílias) e pelo aumento da produtividade por animal (2.575 litros/ano para 4.532 litros/ano).

Em relação à **produção de suínos também ocorreu redução do número de famílias criadoras (de 44 para 31)** e aumento do número médio de animais por família (de 62,5 para 180,4), com intensificação da concentração do rebanho em poucos produtores. No primeiro ano da pesquisa 87,35% dos animais eram criados por 9,1% dos produtores, em rebanhos com mais de 100 animais. No segundo ano da pesquisa, nos rebanhos com mais de 100 animais, estava 95,78% do rebanho, que era criado por apenas 9,68% das famílias possuidoras de suínos. Ou seja, no caso da **produção leiteira e de suínos também ocorreu forte descontinuidade e exclusão produtiva de número expressivo de famílias, além da concentração da produção.**

Figura 15: Número de famílias dedicadas a cada atividade - Parte I.

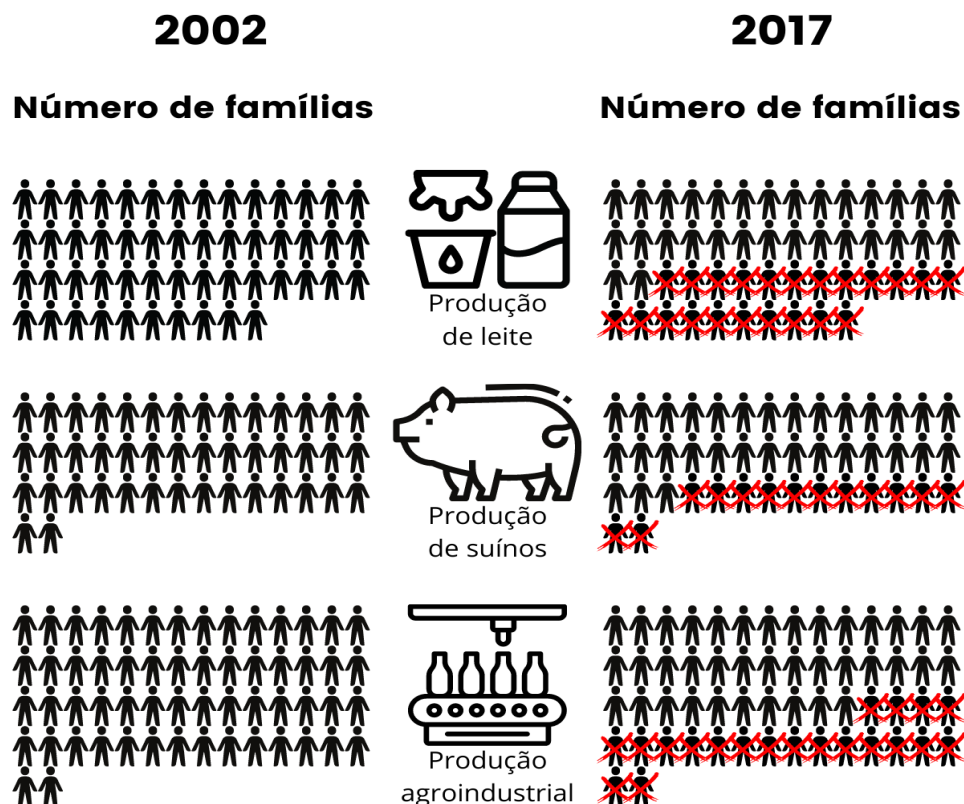


Fonte: Dados da pesquisa.

Também a transformação caseira, ou **produção agroindustrial foi descontinuada por um número expressivo de famílias**, pois em 2002 todas as 58 famílias realizavam essa prática e, em 2017, apenas 38 famílias a mantêm. Além disso, ocorreu forte processo de concentração, especialmente nos produtos destinados à

venda, pois, em 2017, apenas duas famílias concentravam mais de 90% do Produto Bruto (PB)¹¹ da transformação caseira, ou agroindustrial, que era comercializada.

Figura 16: Número de famílias dedicadas a cada atividade - Parte II.



Fonte: Dados da pesquisa.

¹¹ O Produto Bruto (PB) representa a produção gerada no sistema (para venda e autoconsumo) durante um ano agrícola, obtida pela conversão da produção agropecuária vegetal, animal e da transformação caseira em valores monetários. O cálculo para a sua obtenção é feito através da multiplicação das quantidades produzidas por seus preços unitários de venda e se expressa em reais (R\$). Portanto o PB representa o valor bruto da produção, sem descontos, gerado por uma família, ao longo de um ano.

Cabe ainda destacar as alterações observadas nos cultivos de horta e pomar, dada sua importância para a agricultura familiar. **O número de famílias que possuía horta diminuiu, passando de 54, em 2002, para 49, em 2017.** A Tabela 10 mostra a taxa de variação do número de famílias que realizavam o cultivo dos principais vegetais encontrados nas hortas. Percebe-se que, exceto rabanete e moranguinho, que mostraram aumento, em todos os demais vegetais ocorreu diminuição do número de famílias que os cultivavam. A taxa de redução foi menos expressiva (abaixo de 50%) para seis cultivos (alface, repolho, beterraba, tomate, cenoura e mandioca), sendo esses os vegetais que seguem sendo cultivados, em 2017, por metade ou mais das famílias pesquisadas.

Tabela 10 - Principais hortaliças cultivadas, número de famílias produtoras e taxa de variação no número de famílias que as cultivavam em 2002 e 2017

	2002	2017	Taxa de variação		2002	2017	Taxa de variação
Alface	49	42	-14%	Pepino	26	10	-62%
Repolho	52	42	-19%	Batata doce	26	9	-65%
Beterraba	48	36	-25%	Rúcula	27	9	-67%
Tomate	42	35	-17%	Moranga	32	8	-75%
Cenoura	48	35	-27%	Feijão	18	7	-61%
Mandioca	53	28	-47%	Brócolis	19	7	-63%
Cebola	51	25	-51%	Batatinha	13	3	-77%
Salsa	48	23	-52%	Radite	19	2	-89%
Alho	46	19	-59%	Rabanete	7	9	29%
Couve	38	15	-61%	Moranguinho	4	8	100%
Pimentão	26	13	-50%				

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Os produtos da horta eram destinados quase exclusivamente para o consumo familiar, pois, em 2002 apenas uma família vendia pequena quantidade de pepino, duas famílias vendiam batatinha, duas famílias vendiam feijão e outras duas famílias vendiam quantidade um pouco mais expressiva de mandioca. Em 2017, apenas uma família vendeu pequena quantidade de amendoim e outra vendeu pequena quantidade de feijão.

Os pomares também eram destinados quase exclusivamente para o consumo familiar, pois, em 2002 apenas duas famílias vendiam pequenas quantidades de frutas, sendo que uma família comercializava uva e outra pêssego. Em 2017, nenhuma família

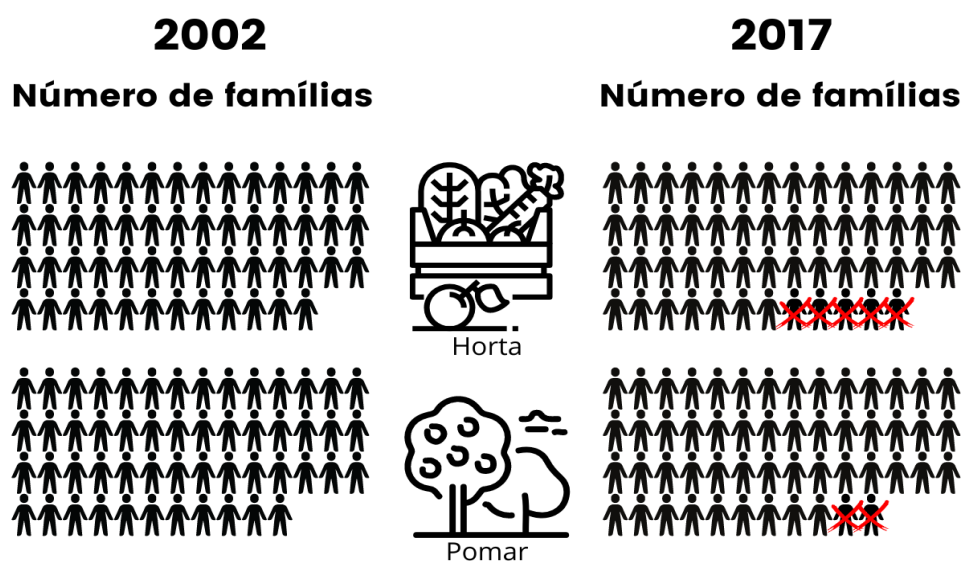
comercializou frutas. **Quanto ao número de famílias que possuíam pomar, em 2002, era de 53 e passou para 51, em 2017.** A relação dos principais tipos de frutas existentes nos pomares pode ser vista na Tabela 11. Na maioria das espécies frutíferas ocorreu redução no número de famílias que as cultivam. Isso ocorreu no caso da laranja, bergamota, uva e pêssago, que apesar da redução, ainda são as espécies cultivadas por mais da metade das famílias, em 2017. Outras seis espécies (figo, limão, caqui, pera, maçã e tangerina) tiveram redução superior a 50% no número de famílias que as cultivam e apenas ocorreu pequeno crescimento no número de famílias que cultivam goiaba.

Tabela 11 - Principais frutas cultivadas, número de famílias produtoras e taxa de variação no número de famílias que as cultivam em 2002 e 2017

Frutas	2002	2017	Taxa de variação	Frutas	2002	2017	Taxa de variação
Laranja	52	46	-12%	Limão	36	15	-58%
Bergamota	52	46	-12%	Caqui	30	11	-63%
Abacate	21	18	-14%	Pera	31	11	-65%
Uva	37	27	-27%	Maçã	20	6	-70%
Pêssego	48	34	-29%	Tangerina	23	3	-87%
Figo	31	15	-52%	Goiaba	14	15	7%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Figura 17: Número de famílias dedicadas a cada atividade - Parte III.



Fonte: Dados da pesquisa.

4.1 AUTOCONSUMO E VENDA: O VALOR DA PRODUÇÃO¹²

Os meios de produção e o trabalho, apresentados nos capítulos anteriores, foi mobilizado pelas famílias pesquisadas para o desenvolvimento das atividades produtivas. Como visto, nos dois anos da pesquisa, os sistemas produtivos vegetais estavam baseados, principalmente, em lavouras temporárias, destacadamente de soja, milho e trigo e, por sua parte, os sistemas produtivos animais estavam baseados na bovinocultura leiteira e na suinocultura.

Essas atividades produtivas não são as únicas, mas as que contribuem de forma mais expressiva na composição do valor da produção total das famílias. Ao analisar-se o **Produto Bruto total das famílias pesquisadas, entre 2002 e 2017**, observa-se elevação de 96,85%, pois **esse valor era de R\$ 3,9 milhões e passou para R\$ 7,8 milhões**. No primeiro ano era produzido por todas as 58 famílias e no segundo ano por 53 famílias, ou seja, em 2017, cinco famílias não desenvolvem mais nenhuma atividade agrícola.

O valor total do Produto Bruto para o autoconsumo¹³ teve redução de 13,76%. Todas as famílias, em alguma medida, produziam para o autoconsumo no primeiro ano da pesquisa, sendo que em dois casos a produção era exclusivamente para o autoconsumo e, no segundo ano da pesquisa, dez famílias produzem exclusivamente para o autoconsumo.

Os cultivos de horta e pomar reforçam seu caráter de produção para o autoconsumo, sendo pouco expressiva as quantidades de vegetais deles oriundas que são comercializados nos dois anos da pesquisa.

A produção de origem animal para o autoconsumo envolve, especialmente, carnes, ovos e leite, que somados aos produtos da transformação caseira, destacadamente, salame, queijo, conservas e doces, compõem os principais itens produzidos para o autoconsumo.

¹² Análise mais detalhada e aprofundada das mudanças em relação a produção para autoconsumo poderá ser vista em artigo a ser publicado em conjunto com a professora Catia Grisa (UFRGS) e o professor Marcio Gazolla (UTFPR). Atualmente o mesmo está em fase de avaliação, em periódico científico nacional.

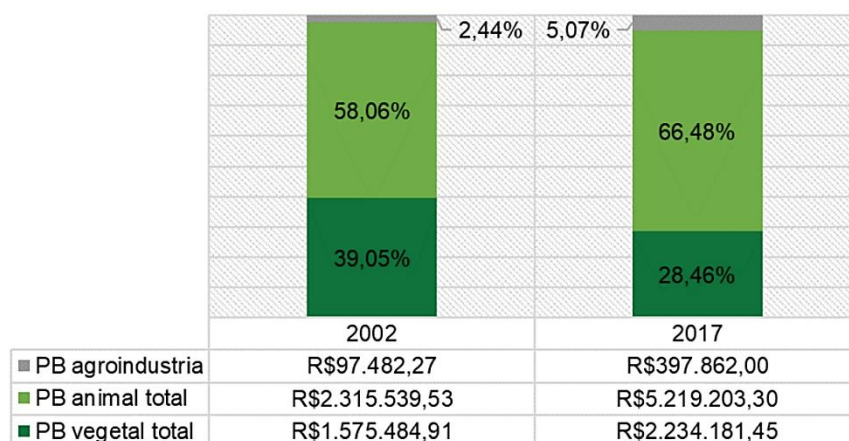
¹³ A produção para autoconsumo é a parte da produção total das famílias que é destinada ao consumo da própria família, envolvendo os produtos vegetais, animais e da transformação caseira, ou agroindustrialização. Também conhecida como produção “pro gasto”.

Considerando que o Produto Bruto para venda teve aumento de 115,07%, pode-se apontar, em termos agregados, maior prioridade dada pelas famílias para a produção para a venda do que para o autoconsumo. Todavia, quando se considera o **Produto Bruto do autoconsumo por pessoa por ano**, há uma situação diferente, **pois em 2002 ele era de R\$ 2.256,98 e passou para R\$ 2.688,30 em 2017**. Ou seja, em termos de valor da produção por pessoa para o autoconsumo houve aumento de 19,11% entre os anos considerados, evidenciando a continuidade da importância dessa modalidade de produção entre as famílias pesquisadas.

A composição do Produto Bruto Total¹⁴ apresenta variação no período estudado, conforme mostra o Gráfico 7, com **aumento da participação dos produtos de origem animal na composição do PB total, tendo passado de 58,06% para 66,48%**. Ou seja, cerca de dois terços do valor da produção das famílias pesquisadas provêm, no segundo ano da pesquisa, dos produtos de origem animal. Em termos absolutos, o PB animal passou de R\$ 2,3 milhões para R\$ 5,2 milhões (aumento de 125,4%), enquanto o PB vegetal passou de R\$ 1,6 milhões para R\$ 2,2 milhões (aumento de 41,81%) e o PB da transformação caseira subiu de R\$ 87 mil para 398 mil (aumento de 308,14%).

Gráfico 7 - Contribuição relativa e absoluta da produção vegetal, animal e da transformação caseira na composição do Produto Bruto (PB) total em 2002 e 2017

Gráfico 7: Contribuição relativa e absoluta da produção vegetal, animal e da transformação caseira na composição do Produto Bruto (PB) total em 2002 e 2017.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

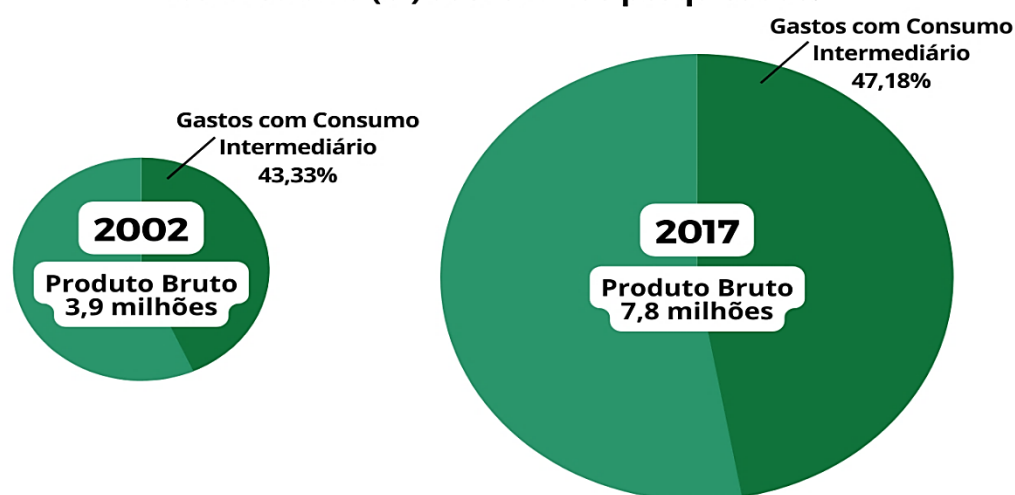
¹⁴ O produto Bruto Total é a soma de todos os valores do que foi produzido, tanto para autoconsumo como para venda.

4.2 RENDA DAS FAMÍLIAS

O conjunto das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias demanda diversos insumos para sua realização. Os gastos, como a compra desses insumos, são um importante indicador das transformações nos sistemas produtivos, sendo denominados de Consumo Intermediário (CI)¹⁵.

Entre os dois anos pesquisados observou-se sensível elevação do Consumo Intermediário que, em termos absolutos, passou de R\$ 1,7 milhões para 3,7 milhões (aumento de 114,32%). **Em termos proporcionais, ele absorvia 43,33% do PB total no primeiro ano da pesquisa e, no segundo ano pesquisado, passou para 47,18%.** Como tendência histórica isso significa que, uma maior proporção daquilo que os agricultores produzem foi absorvido pelos gastos representados pelo consumo intermediário. Esse aumento expressa a crescente mercantilização e externalização da produção, especialmente pelo incremento no volume total de recursos investidos em insumos e serviços necessários para os processos produtivos¹⁶.

Figura 18: Produto Bruto total (PB) e Consumo Intermediário (CI) das famílias pesquisadas.



Produto Bruto Total: soma de todos os valores do que foi produzido (autoconsumo + venda).
Consumo Intermediário: gastos necessários para a realização de um ciclo produtivo.

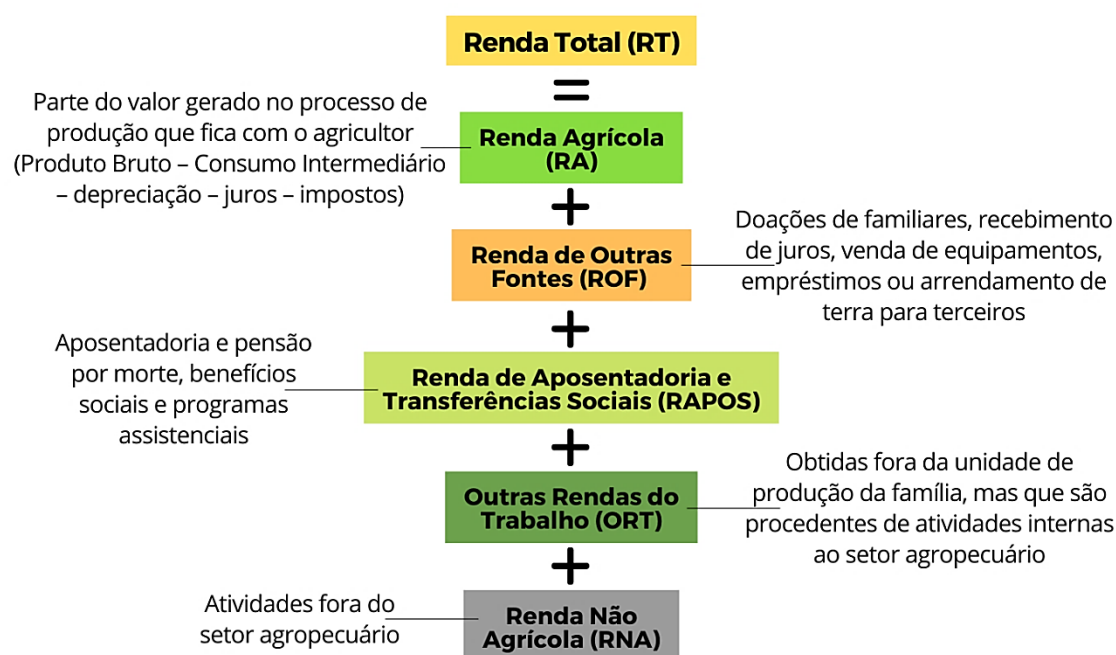
Fonte: Dados da pesquisa.

¹⁵ O Consumo Intermediário (CI): representa todos os gastos necessários para a realização de um ciclo produtivo que são consumidos integralmente nesse mesmo ciclo, envolvendo, especialmente, insumos, pagamento de serviços temporários, despesas com manutenção de máquinas e instalações, etc. O CI é medido em reais (R\$). São exemplos: o combustível utilizado para o plantio de uma cultura, ou os gastos com aquisição de agrotóxicos.

¹⁶ Análise um pouco mais detalhada das variações no consumo intermediário pode ser vista gratuitamente em trabalho publicado no III Workshop da Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Ambiental, em novembro de 2020. Brevemente o trabalho intitulado “SUSTENTABILIDADE E EXTERNALIZAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS: ANÁLISE LONGITUDINAL DO CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR” deverá estar disponível nas redes sociais.

As alterações nos sistemas produtivos e as diferentes estratégias adotadas pelas famílias implicaram em mudanças no nível e nas fontes de suas rendas. Para medir essas mudanças foi calculada a Renda Total (RT) de cada família nos dois anos da pesquisa. A RT resulta da soma da Renda Agrícola (RA)¹⁷, Renda de Outras Fontes (ROF)¹⁸, Renda de Aposentadoria e Transferências Sociais (RAPOS)¹⁹, Outras Rendas do Trabalho (ORT)²⁰ e Renda Não Agrícola (RNA)²¹.

Figura 19: Renda Total de cada família.



Fonte: Dados da pesquisa.

¹⁷ A Renda Agrícola (RA): é a parte do valor gerado no processo de produção que fica com o agricultor. Para calcular a renda agrícola deve-se subtrair do Produto Bruto total os gastos com Consumo Intermediário, os custos da depreciação de máquinas, equipamentos e instalações, além do pagamento de juros, impostos, arrendamento de terras e salário de trabalhadores permanentes.

¹⁸ A Renda de Outras Fontes (ROF): é a renda obtida pela família que é oriunda de doações de outros familiares, ou do recebimento de juros, da venda de equipamentos, de empréstimos ou de arrendamento de terra para terceiros.

¹⁹ Renda de Aposentadorias e Transferências Sociais (RAPOS): foram contabilizadas as rendas resultantes de transferências governamentais, especialmente de aposentadoria e pensão por morte, mas também de benefícios sociais e programas assistenciais, como o Bolsa Família. A aposentadoria responde, praticamente, por todos os recursos desta fonte, por isso foi denominada de renda de aposentadoria.

²⁰ Outras Rendas do Trabalho (ORT): são as rendas obtidas necessariamente fora da unidade de produção da família, mas que são procedentes de atividades internas ao setor agropecuário. Envolve a venda de força de trabalho na agricultura, ou prestação de serviços agrícolas para terceiros.

²¹ Renda não Agrícola (RNA): representa as rendas oriundas de atividades fora do setor agropecuário, podendo ser realizadas dentro ou fora da unidade de produção familiar, tanto na posição de empregado, empregador ou trabalhador por conta própria.

A soma da **Renda Total** de todas as famílias pesquisadas, em 2002 e 2017, **passou de cerca de R\$ 2,9 milhões para R\$ 6 milhões**, o que representa um aumento de 105,26%. Esse crescimento revela, em que pese o envelhecimento e o encolhimento das famílias, a capacidade dos agricultores, como atores sociais, de ampliar seus ganhos econômicos a partir da configuração de diversas estratégias, a exemplo de distintos estilos de agricultura, ou de estratégias não agrícolas de obtenção de renda.

No Gráfico 8 pode-se observar essa distribuição, em termos do valor total, em reais e do valor relativo, ou seja, a porcentagem de cada fonte de renda na formação da renda total das famílias. Percebe-se que **cresceu, proporcionalmente, a importância da ROF e da RAPOS**, sendo que essa última modalidade ultrapassou a RNA em 2017, constituindo-se na segunda fonte de renda mais importante para o conjunto das famílias. As outras modalidades de renda diminuíram seu peso em porcentagem no segundo ano da pesquisa, todavia a **RA segue sendo a modalidade de renda amplamente predominante**. No caso de ORT, apesar do aumento absoluto, sua contribuição proporcional na RT diminuiu e ela segue sendo, relativamente, pouco expressiva. O crescimento do valor absoluto da ROF está fortemente associado ao aumento do arrendamento de terras para terceiros, como visto anteriormente. Já a RAPOS cresceu devido à elevação da idade das famílias e o consequente aumento do número de aposentados.

Gráfico 8 - Participação relativa e absoluta das diferentes modalidades de renda na composição da RT das famílias, em 2002 e 2017

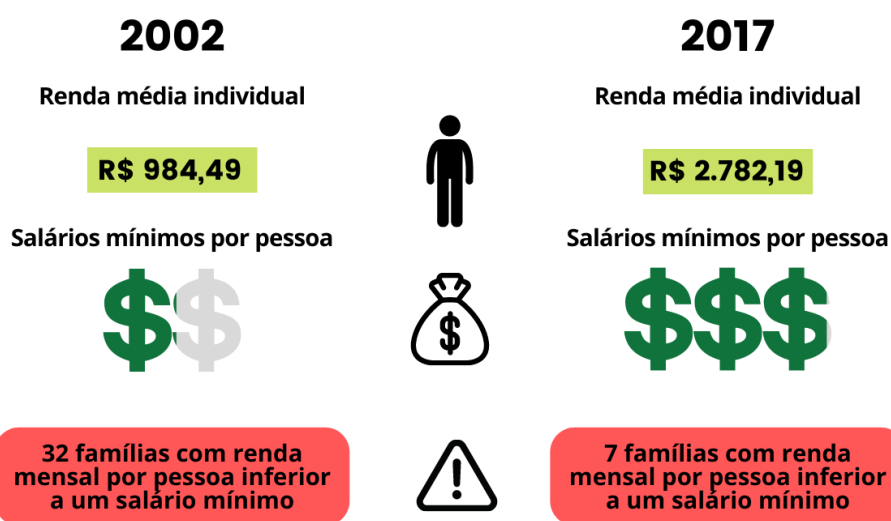
Gráfico 8: Participação relativa e absoluta das diferentes modalidades de renda na composição da RT das famílias, em 2002 e 2017.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPEI; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Considerando a **renda média individual de todos os integrantes familiares verificou-se que ela variou de R\$ 984,49 para 2.782,19 por pessoa, por mês**, o que aponta sensível aumento da renda ao longo do tempo. Transformando esses valores em Salários Mínimos mensais, eles representam **crescimento da renda individual média de 1,05 para 2,97 salários por mês por pessoa**. Cabe destacar que esses são números médios, o que significa que nem todas as famílias, necessariamente, alcançam esses valores. As diferenças de renda entre as famílias ficam visíveis quando são realizadas análises mais específicas. Destaca-se que, por exemplo, **em 2002, haviam 32 famílias em que a renda mensal por pessoa era inferior a um salário mínimo e esse número cai para sete famílias, em 2017**. Esses números apontam para importante progresso na renda média individual das famílias.

Figura 20: Renda média das famílias.



Fonte: Dados da pesquisa.

No Brasil, o Decreto nº 8.974 (de 29 de junho de 2016), define que uma família está em situação de pobreza quando a renda *per capita* mensal for de até R\$ 170,00 e extrema pobreza quando a renda per capita mensal for de até R\$ 75,00. Usando esses parâmetros observou-se que, no primeiro ano da pesquisa, haviam duas famílias em situação de pobreza e uma em extrema pobreza. Essas três famílias superaram a situação de pobreza no segundo ano da pesquisa, obtendo renda superior, ou muito próxima, a um salário mínimo mensal. Todavia, duas famílias que obtinha renda de

aproximadamente meio salário mínimo mensal por pessoa tiveram seus rendimentos diminuídos entre os dois anos da pesquisa, sendo que uma família passou para a situação de pobreza e outra de extrema pobreza²².

Quando se observa a **variação de renda mensal per capita de cada família percebe-se que ocorreu aumento em 48 casos e diminuição em dez casos**. Isso aponta para um processo de diferenciação das famílias em relação ao nível dos rendimentos. De forma mais detalhada, na Tabela 12 são apresentados a movimentação das famílias em relação aos diferentes níveis de renda.

Tabela 12 - Número de famílias de acordo com a variação na renda mensal por pessoa, em salários mínimos, entre 2002 e 2017

Alterações em relação a renda	Número de famílias
Permaneceu com menos de 1 SM	6
Permaneceu entre 1 e 2 SM	5
Aumentou de menos de 1 SM para entre 1 e 2 SM	6
Aumentou de menos de 1 SM para mais de 2 SM	21
Aumentou de entre 1 e 2 SM para mais de 2 SM	13
Diminuiu de 4 a 6 SM para entre 3 e 5 SM	1
Diminuiu de entre 2 e 4 SM para entre 1 e 2	5
Diminuiu de entre 2 e 3 SM para menos de 1 SM	1
Total	58

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

²² Análise mais detalhada das mudanças relacionadas a renda e pobreza das famílias poderá ser acessada gratuitamente em trabalho apresentado no X Congresso de Ciências Agrárias da UNIOESTE, em novembro de 2021. Brevemente esse trabalho deverá estar disponível através das redes sociais.

CAPÍTULO

05 Os caminhos percorridos pelas famílias

Nesse capítulo são analisadas as trajetórias familiares. Busca-se demonstrar quais foram os caminhos seguidos pelas famílias entre os dois anos da pesquisa, utilizando como critério de agrupamento o tipo de renda mais importante para cada família. Ou seja, as famílias foram separadas em diferentes grupos, de acordo com a fonte de renda predominante. Como visto no capítulo anterior, as fontes de renda das famílias foram classificadas nas categorias: renda de aposentadoria (RAPOS), renda não agrícola (RNA), renda agrícola (RA), outras rendas do trabalho (ORT) e rendas de outras fontes (ROF).

Se a família possuísse apenas uma modalidade de renda, essa foi considerada a fonte predominante. Se a família apresentasse mais do que uma fonte de renda, foi considerada a forma predominante aquela que contribuía com a maior porcentagem na formação da renda total da família. Para cada um dos anos foi identificada a fonte de renda predominante de cada família.

Na Tabela 13 observa-se como variou o número de famílias conforme os diferentes tipos de renda predominante, nos dois anos da pesquisa. Pode-se destacar que as principais fontes de renda das famílias são a renda agrícola (RA), renda de aposentadoria (RAPOS) e renda não agrícola (RNA)²³. Pode-se observar o **crescimento do número de casos nos grupos RAPOS e RNA**, com maior expressividade no primeiro grupo. Esse aumento é acompanhado pela redução do número de casos no grupo em que predomina a RA.

²³ No ano de 2002 houve um caso com predominância de “outras rendas do trabalho”. Entretanto, como se tratava de apenas uma família, optou-se por adicioná-la ao grupo de sua segunda maior fonte de renda, para tratá-la grupalmente e não de modo individual. Em 2017, ocorreram dois casos semelhantes, com predominância da “renda de outras fontes” e foi adotado o mesmo procedimento anterior, para não configurar um novo grupo com apenas dois casos. Optou-se, dessa forma, por não considerar como um grupo de análise as modalidades de renda que apresentavam apenas um ou dois casos.

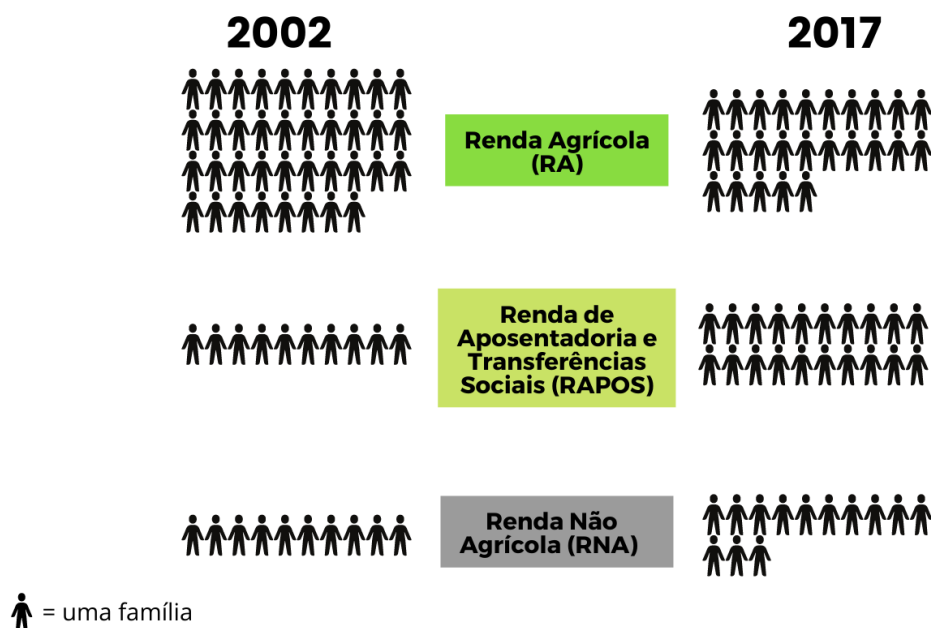
Tabela 13: Número de famílias por tipo de renda predominante – 2002 e 2017.

Fonte de renda predominante	2002	2017
Renda agrícola	38	25
Renda de aposentadoria	10	20
Renda não agrícola	10	13
Total	58	58

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Considerando a totalidade dos casos, pode-se afirmar que as rendas de outras fontes (ROF) e outras rendas do trabalho (ORT) aparecem como formas de renda complementares, pois as rendas de aposentadoria, não agrícola e agrícola são, efetivamente, as modalidades mais importantes para o conjunto das famílias pesquisadas, sendo essa a razão que justifica a configuração de três grupos para a análise das trajetórias familiares.

Figura 21: Mudanças na fonte de renda predominante por família.



Fonte: Dados da pesquisa.

A trajetória de uma família se define pelo movimento que ela realiza ao longo do tempo, para permanecer, ou alterar sua posição de pertencimento a determinado grupo de renda predominante entre os dois anos da pesquisa. Entende-se que **a trajetória da família resulta da capacidade de agência dos agricultores, que desenvolvem estratégias de uso e mobilização dos recursos disponíveis em contextos diversos, nos quais atuam forças externas que também incidem sobre as trajetórias familiares, podendo favorecer, estimular, cercear ou mesmo determinar certo caminho a ser seguido.**

As diversas trajetórias das famílias foram agregadas em três grupos, que representam os caminhos que as famílias seguiram em termos de configuração de suas rendas. Todas as trajetórias de renda em que, no segundo ano da pesquisa, tinham predomínio da **renda de aposentadoria** constituíram o que foi denominado de **VIA PREVIDENCIÁRIA**. Já as trajetórias que tinha como principal fonte de renda, no segundo ano da pesquisa, a **renda não agrícola**, compuseram a **VIA PLURIATIVA**. Por fim, as famílias que possuíam, no segundo ano da pesquisa, a **renda agrícola** como fonte predominante dos seus rendimentos, constituíram a **VIA AGRÍCOLA**.

As vias são o resultado das estratégias adotadas pelas famílias, segundo os recursos que dispunham e no jogo das diversas forças externas que atuam no contexto em que elas viviam. Entende-se que as distintas composições de renda são uma forma de expressão concreta das opções estratégicas levadas a cabo pelas famílias ao longo do tempo. Assim, independente do grupo de renda prioritárias que elas integravam no ano 2002, **a via previdenciária aglutina as trajetórias cujas estratégias familiares elevaram a renda de aposentadoria à forma predominante de renda. No caso da via pluriativa, aglutinam-se as trajetórias que priorizaram estrategicamente a obtenção de renda em atividades não agrícolas e, por fim, na via agrícola, as trajetórias que fizeram a opção estratégica de buscar a geração de suas rendas nas atividades agrícolas.**²⁴

Portanto, a classificação das famílias, ou o estabelecimento dos tipos, tomou a renda como o elemento fundamental para organizar os casos. É importante destacar que, conforme Sen (2002) a melhoria da renda não é o único elemento que viabiliza as capacidades e as liberdades substantivas dos indivíduos para levar a vida conforme suas

²⁴ Utilizando outras referências teóricas as trajetórias familiares também foram analisadas em artigo publicado pela Revista de Economia e Sociologia Rural. Esse artigo pode ser acessado gratuitamente, através do seguinte link: <https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2021.245689>

aspirações. Porém, esse autor não deixa de apresentar a renda dos sujeitos como meio de troca e elemento básico, portanto, também delimitador de suas condições de vida. Isso também faz Ellis (2000), ao argumentar a importância de dotar as pessoas pobres com os recursos para fortalecer os meios que elas dispõem para realizar suas atividades. Tanto os intitulentos, como os ativos, funcionam como meios para se alcançar determinado fim e, como meios, as famílias organizam estratégias de trabalho e renda para fortalecê-los (SCHNEIDER; PERONDI, 2012).

Nesse sentido, entende-se a renda não como um fim em si, mas como um meio que guia a ação das famílias que, ao obtê-la, conseguem através de sua mediação alcançar os objetivos de vida aos quais se propõem. A importância da renda nas estratégias familiares dos agricultores é também atestada pelos estudos longitudinais e de comparação de painéis, como Lui (2013), Villwock (2015; 2018), Kageyama (2003), Hoffmann (2011), Guanziroli *et al.* (2012), Kiyota e Perondi (2014), Hespanhol (2014) e Sakamoto *et al.* (2016). Por essas razões, elegeu-se a forma predominante de renda na conformação da renda total familiar como o critério para a delimitação dos grupos de análise, considerando que ela é uma variável síntese, que expressa a convergência do conjunto dos esforços e estratégias reprodutivas das famílias dos agricultores.

5.1 A VIA PREVIDENCIÁRIA

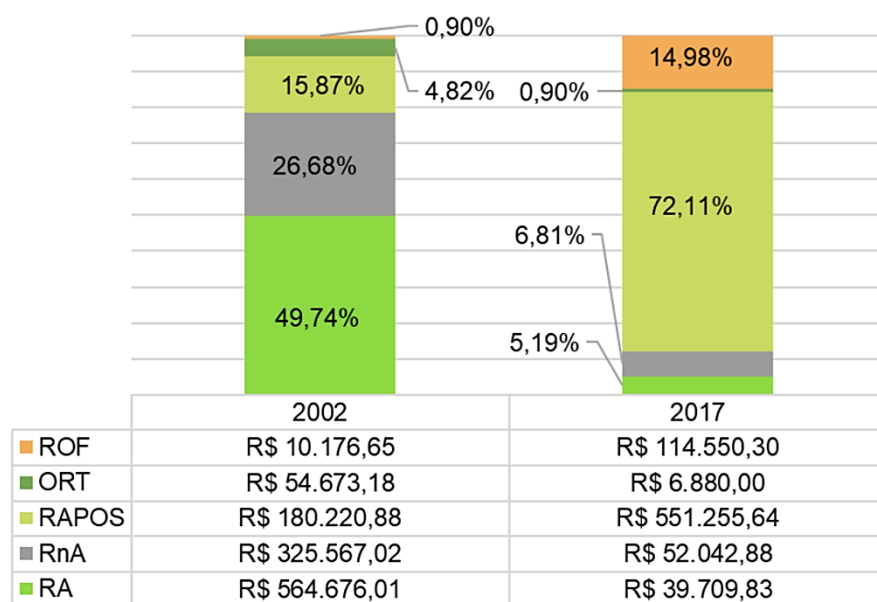
Essa via aglutina as famílias que apresentam a renda de aposentadoria como a fonte predominante de seus rendimentos. Como visto na Tabela 13 **o número de famílias com essa condição passou de dez para vinte**, entre os dois anos da pesquisa, sendo a via em que mais cresceu o número de famílias. Já **o número total de pessoas passou de 79 para 38 e alterou-se a composição de gênero pois, as mulheres deixaram de ser 41,51% e passaram a ser 57,89%** das integrantes dessa via. Além disso, essa via apresenta os menores índices médios de tempo de escolaridade.

Em 2002 havia algum aposentado em 60% das famílias e, em 2017, todas as famílias possuíam algum aposentado, sendo que, no segundo ano, os **recursos da aposentadoria representavam mais do 60% da renda total da grande maioria dessas famílias**. Para 20% das famílias dessa via, em 2017, a aposentadoria era a única fonte de renda.

A contribuição da renda de aposentadoria na formação da renda total desse grupo passou de 15,87% para 72,11%, tendo também aumentado o valor das rendas de outras fontes. Por outro lado, como se observa no Gráfico 9, ocorre grande queda nos valores da renda agrícola e não agrícola. Quanto a renda total per capita mensal, observou-se aumento, passando de R\$ 1.197,59 para R\$ 1.676,40. Esses valores correspondem, respectivamente, a 1,28 e 1,79 salários mínimos.

Gráfico 9 - Participação absoluta e relativa das distintas rendas na renda total das famílias da via previdenciária, nos anos de 2002 e 2017

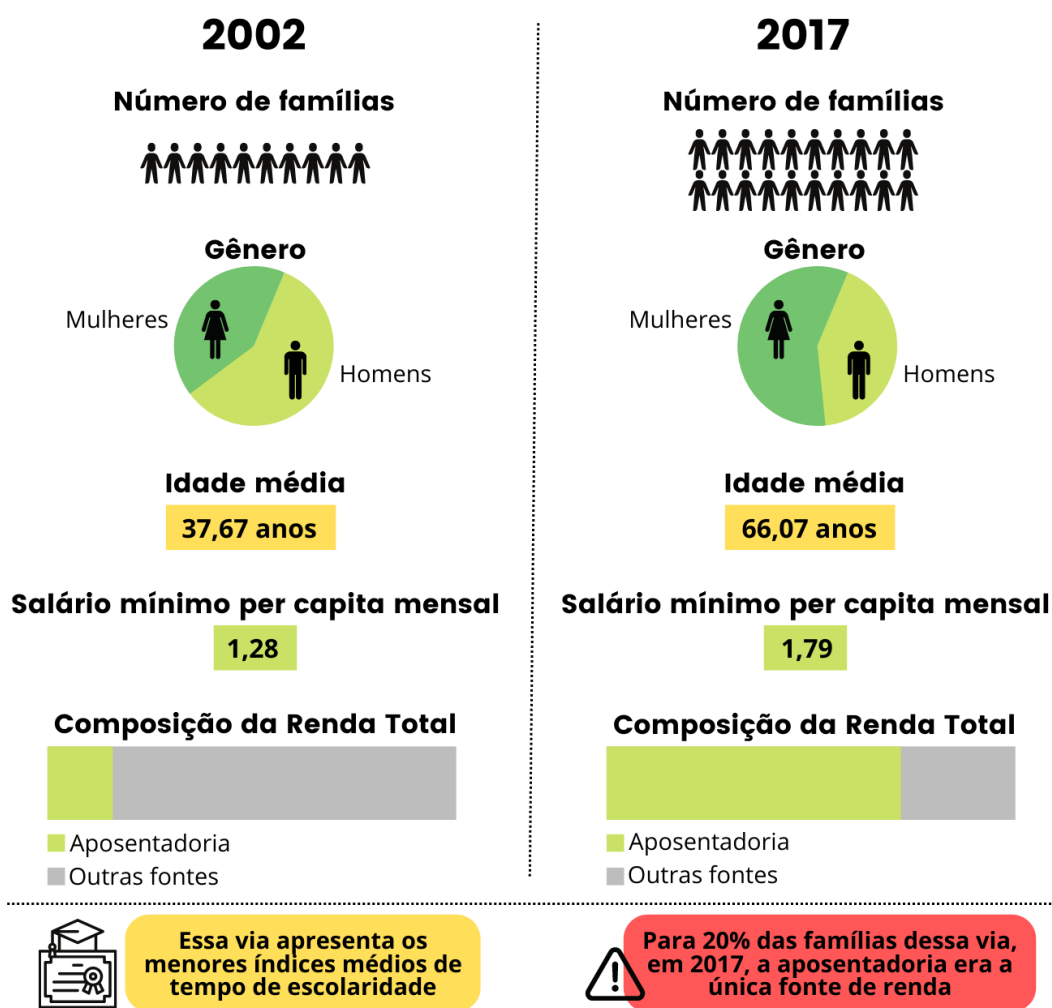
Gráfico 9: Participação absoluta e relativa das distintas rendas na renda total das famílias da via previdenciária, nos anos de 2002 e 2017.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

O primeiro fator que explica essas mudanças está associado a **elevação da idade média dos integrantes das famílias**, que era de **37,67 anos**, em 2002 e passou para **66,07 anos** em 2017, o que gerou o aumento dos valores auferidos com aposentadoria. Além do envelhecimento, nesses casos também ocorreu sensível redução do tamanho médio das famílias, que passou de 3,95 e passou para 1,9 pessoas.

Figura 22: Via previdenciária.



Fonte: Dados da pesquisa.

Decorrente do envelhecimento dos integrantes e da redução do tamanho médio das famílias ocorre **forte redução da mão de obra disponível**, que, como se observa na Tabela 14, era **de 59,3 UTHs** em 2002 e passou **para 18,41 UTHs** em 2017. Com isso, a força de trabalho disponível de cada família passou, em média, de 2,32 para 0,93 UTHs. Essa é uma característica marcante das famílias dessa via, a drástica redução da quantidade média de UTHs das famílias.

Frente a isso, a estratégia dessas famílias foi a **redução da alocação de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas**. Observa-se que 45% delas, em 2002, alocavam trabalho familiar em atividades não agrícolas e isso diminuiu para 15% em 2017. Essas famílias também **não investem na contratação de força de trabalho de terceiros**.

A estratégia central dessas famílias foi a de **arrendar suas terras para outros produtores**, o que explica o aumento das rendas de outras fontes, que provém basicamente desses arrendamentos. Em 2002 apenas uma família arrendava terra para terceiros (ao todo 10 ha) e, em 2017, dois terços das famílias do grupo arrendavam suas terras (ao todo 158,7 ha). O arrendamento das terras implicou na redução da produção agropecuária, o que explica, em parte, a redução da Renda Agrícola.

Tabela 14 - Disponibilidade de mão de obra e alocação do trabalho familiar das famílias da via previdenciária em 2002 e 2017

Ano	UTH familiar total	UTH agrícola familiar	UTH não agrícola	UTH contratada
2002	59,3	46,63	11,27	2,14
2017	18,41	15,92	2,2	0,26

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Além do arrendamento das terras, **outra estratégia dessas famílias foi a desativação das atividades agropecuárias**. Ela se evidencia no fato de que, em 2002, todas as famílias desenvolviam produção para o autoconsumo e, em 2017, eram 75% das famílias que mantinham esse tipo de produção, mostrando que a produção alimentar para o consumo familiar foi abandonada por um quarto dos casos. No primeiro ano da pesquisa 90% das famílias produziam para venda e no segundo ano apenas 40% delas mantinham esse tipo de produção agropecuária. Além disso, no primeiro ano da pesquisa **90% das famílias possuíam capital agropecuário** e, em 2017, **apenas 45%** delas mantinham capital. Nessa mesma perspectiva, quando se observa o financiamento das atividades agropecuárias, constata-se que **no primeiro ano da pesquisa 50% das famílias do grupo tomaram financiamento, ante cinco por cento no segundo ano** pesquisado. Isso também evidencia a estratégia dessa via, de expressivo esvaziamento das atividades agropecuárias através da descapitalização e da venda total das terras, que foi feito por 20% das famílias.

O conjunto dessas mudanças, que englobou a redução da SAU média (passou de 15,21 ha para 2,51 ha), a diminuição do trabalho alocado em atividades agrícolas, o aumento do arrendamento de suas terras e a forte redução do capital médio de cada família (passou de R\$ 59.082,01 para R\$ 19.434,80), explica a **expressiva diminuição do valor total da produção** que, em média, cada família gerou entre os anos pesquisados, tendo passado de R\$ 57.408,96 para R\$ 13.725,50.

Outra estratégia adotada pelas famílias que integram essa via foi a **alteração do local de moradia**. No ano de 2002 predominava o domicílio rural, onde residia dois terços das famílias. Em 2017, o domicílio rural é mantido por apenas um quarto das famílias, **dobrando os casos de famílias que residem em vila rural (passa de quatro para oito famílias) e na cidade (passa de três para sete famílias)**. Por fim, é importante destacar que apenas uma família desse grupo teve acesso ao crédito e aos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, duas foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural e nenhuma delas acessou o Banco da Terra ou participou dos programas de compras institucionais.

Em síntese, com restrito acesso as políticas públicas, a estratégia de reprodução das famílias que compõem as trajetórias desta via está alicerçada no acionamento de dois mecanismos. O primeiro é composto pelo movimento articulado de desativação total ou parcial das atividades agrícolas e a descapitalização total ou parcial. O outro mecanismo é a obtenção de renda através de aposentadoria e arrendamento de suas terras, que se associa à priorização do espaço de domicílio em vilas rurais ou nas cidades. O acionamento desses diferentes mecanismos que compõem a estratégia desta via decorre fortemente da elevada idade média familiar e da redução do tamanho médio das famílias, em função da incapacidade de renovação da força de trabalho e da inexistência de sucessores dispostos a continuar na atividade. Decorrente do uso diferenciado desses mecanismos observa-se, no grupo, a elevação do peso da RAPOS e da ROF e a redução expressiva da RA e da RnA na composição da RT familiar.

5.2 A VIA PLURIATIVA

Essa via é formada por famílias que apresentam a renda obtida em atividades não agrícolas a fonte predominante de seus rendimentos. **O número de famílias nessa situação passou de dez para treze** e o número total de pessoas manteve-se relativamente estável (passou de **54 para 51 pessoas**). Por outro lado, observou-se mudança na composição de gênero, pois era formado por **57,41% de mulheres e passou para 50,91%**.

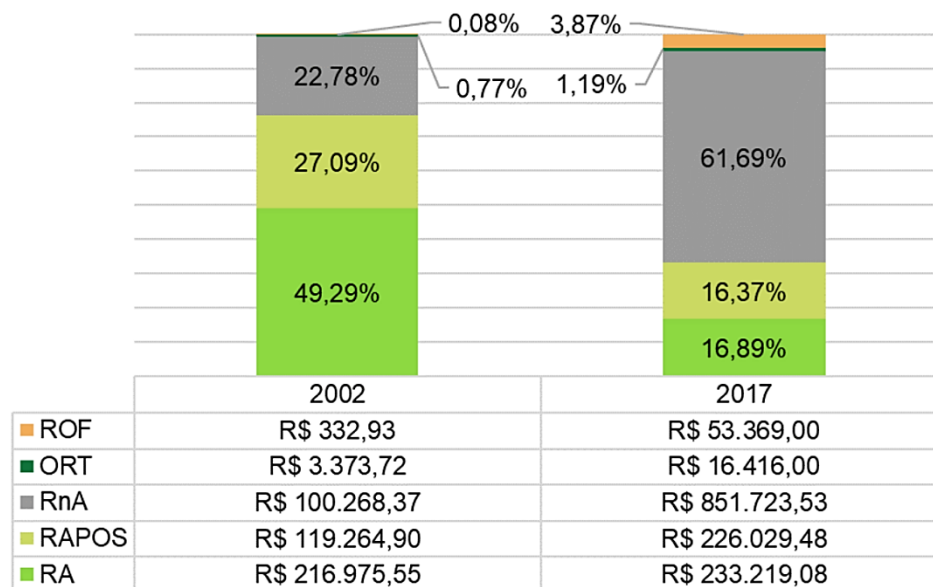
Além disso, em termos de escolaridade, ocorreu redução no estrato de pessoas com cinco a oito anos de estudo (de 38% para 23%) e expressiva **elevação no estrato de pessoas com ensino superior (de 8% para 21%)**, mantendo-se a **via de maior**

escolaridade nos dois anos da pesquisa. A elevação da presença de pessoas com ensino superior é uma das variáveis que explica a estratégia de algumas famílias dessa via e, como se demonstrará na sequência, marcará as trajetórias e os estilos de agricultura de alguns casos.

Como se observa no Gráfico 10, diferente da via previdenciária, na via pluriativa os valores absolutos de todas as fontes de renda aumentaram. Contudo, em termos relativos, **a RA e a RAPOS diminuíram sua participação na renda total e a RNA aumentou consideravelmente sua participação, tendo passado de 22,78% para 61,69%.** Apesar dessa forte mudança relativa, destaca-se que, nos dois anos considerados, a principal combinação de rendas, entre RNA, RAPOS e RA foi mantida, mostrando-se **uma via na qual a diversidade de fontes tem sido valorizada em termos das estratégias de reprodução.**

Gráfico 10 - Participação absoluta e relativa das distintas fontes de renda na renda total das famílias da via pluriativa, nos anos de 2002 e 2017

Gráfico 10: Participação absoluta e relativa das distintas fontes de renda na renda total das famílias da via pluriativa, nos anos de 2002 e 2017.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

A compreensão das alterações na composição da RT desta via envolve a ponderação de diferentes variáveis, a iniciar pela idade média dos integrantes das famílias dessa via que, em 2002 era de 37 anos e passou para 44,5 em 2017. O número médio de integrantes das famílias passou de 4,15 para 3,92. Na via pluriativa ocorreu

crescimento da idade média e redução do tamanho médio das famílias, da mesma forma que na via previdenciária, porém com menor intensidade, pois **mantém-se**, relativamente, um **perfil de famílias mais jovens e mais numerosas**.

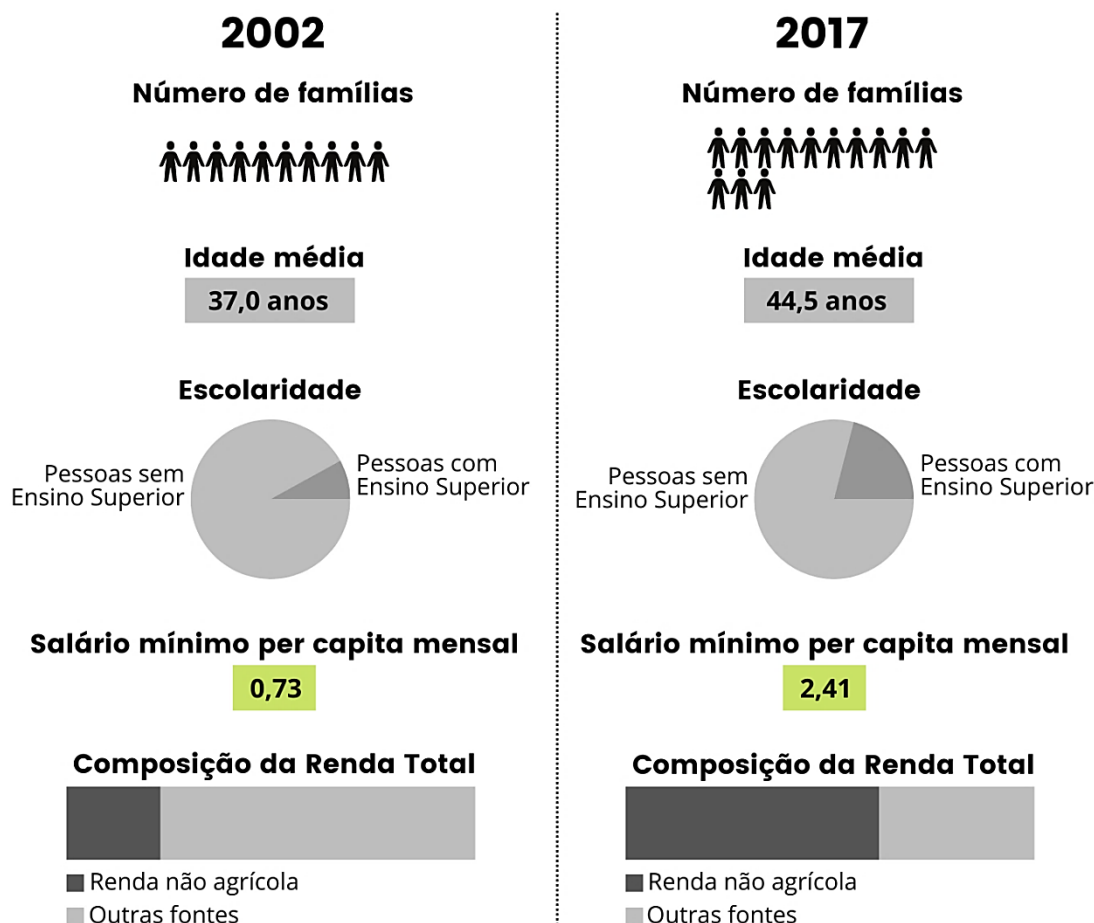
Cerca de 70% dessas famílias recebem recursos de aposentadoria e o crescimento do seu valor absoluto (passou de, aproximadamente, R\$ 119 mil para 226 mil) decorre do aumento do número de casos de indivíduos que acumulam mais de um benefício previdenciário, notadamente o recebimento de aposentadoria e pensão por morte de cônjuge. Por outro lado, em termos de acesso aos benefícios públicos, cabe registrar que apenas duas famílias desse grupo tiveram acesso ao crédito, uma família foi beneficiada com os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, quatro famílias foram beneficiada pelo Programa Nacional de Habitação Rural, duas foram beneficiadas temporariamente pelas compras institucionais e nenhuma pelo Banco da Terra.

As alterações no perfil etário e de tamanho das famílias desse grupo explicam a **pequena diminuição da força de trabalho familiar disponível** (passou de 34,14 UTHs para 32,42 UTHs). Isso implicou na redução do número médio de UTHs por família (de 2,63 para 2,49). Ou seja, essas famílias conseguiram manter a disponibilidade de trabalho familiar. No caso dessas famílias elas fazem uma opção estratégica que define suas trajetórias, que foi a priorização da alocação do trabalho familiar em atividades não agrícolas. As **atividades não agrícolas absorviam 17,57% de toda força de trabalho familiar em 2002 e, em 2017 passaram para 64,03%**.

Essa opção estratégica explica o aumento do valor total auferido com atividades não agrícolas, que passou de, aproximadamente, R\$ 100 mil para R\$ 852 mil e a RNA média familiar subiu oito mil reais para R\$ 66 mil. Também é importante destacar que essa elevação também decorre do fato da remuneração do trabalho não agrícola ser superior a do trabalho agrícola, sendo de R\$ 51.604,90 por UTH não agrícola e de R\$ 35.023,82 por UTH agrícola total.

A alocação de trabalho familiar fora da unidade de produção e a contratação de força de trabalho são estratégias pouco utilizadas pelas famílias desta via nos dois anos da pesquisa. A prioridade estratégica que assume as atividades não agrícolas explicam parte das alterações na composição relativa da **RT desta via, que passou de 0,73 para 2,41 salários mínimos por pessoa por mês**.

Figura 23: Via pluriativa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Porém, as estratégias em relação às atividades agrícolas também são relevantes para explicar essas alterações. Apesar da forte redução na alocação de trabalho familiar em atividades agrícolas (em 2002, 79,79% da capacidade de trabalho familiar era alocada em atividades agrícolas e em 2017 passou para 32,88%) a renda agrícola segue importante para o grupo, como visto no gráfico 13 (anterior). Para explicar isso, é necessário separar os casos dessa via em dois grupos, pois as estratégias em relação às atividades agrícolas foram bastante diferentes.

No ano de 2002 todas as famílias que integravam essa via, tipicamente, desenvolviam produção agropecuária destinada para venda, sendo a produção para o autoconsumo secundária, em termos relativos, na composição do valor total da produção. Já, no segundo ano, metade do grupo mantinha produção agropecuária exclusivamente, ou prioritariamente, para o autoconsumo (logo, a produção para a

venda torna-se secundária), enquanto a outra metade do grupo ampliou e intensificou a produção agropecuária para venda.

O subgrupo formado pelas famílias cuja produção agropecuária para a venda é mais expressiva, na composição do PB total familiar, será denominado de renda não agrícola com produção agrícola focada em venda (RnA-V). Ou seja, esse é um grupo em que predomina renda não agrícola, mas que mantém intensa atividade agrícola para a venda. Já, o subgrupo formado pelas famílias com produção agropecuária realizada exclusivamente, ou com elevada prioridade, para o autoconsumo, será denominado de renda não agrícola com produção agrícola focada no autoconsumo (RnA-A). Ou seja, esse é um grupo em que predomina a renda de atividades não agrícolas e que mantém atividades agrícolas focadas apenas na produção para autoconsumo.

A Tabela 15 apresenta algumas variáveis que evidenciam a diferenciação das estratégias entre esses dois subgrupos. Os dados mostram que a estratégia dos subgrupos foi bastante diferente. Pois, o RnA-V aumentou a área utilizada, reduziu um pouco o capital investido e ampliou a externalização do sistema produtivo, com forte elevação do consumo intermediário. Já, o subgrupo RnA-A fez movimento inverso em relação à área utilizada, envolvendo a venda de toda propriedade, ou apenas a redução da SAU, a descapitalização total ou parcial e a redução considerável do consumo intermediário.

Tabela 15 - SAU, capital e consumo intermediário médio por família dos grupos e subgrupos da via pluriativa, em 2002 e 2017

Variáveis	2002	2017	
		RnA-V	RnA-A
SAU (ha)	16,9	22,77	3,73
Capital (R\$)	49.396,67	36.644,76	4.794,47
Consumo intermediário (R\$)	25.805,79	65.520,79	7.042,46

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Esses movimentos estratégicos inversos produzem configurações produtivas bastante distintas. No caso do RnA-A destaca-se a manutenção, pela maioria das famílias, da produção diversificada em horta e pomar, além da produção, por algumas famílias, de pequena quantidade de leite, galinhas e suínos, em pequena escala e prioritariamente para o autoconsumo. Complementa a estratégia dessas famílias um movimento de

migração rumo a vilas rurais e cidades, onde se localizavam 40% dos domicílios em 2002 e passaram para 80% em 2017.

No caso do RnA-V observou-se a ampliação e intensificação da produção agropecuária, com elevados investimentos de capital e mercantilização da produção. A especialização das unidades de produção das famílias pertencentes ao RnA-V ocorreu em diferentes atividades, seja na produção de leite, na pecuária de corte ou na produção de grãos, mas todas elas são realizadas conforme os padrões atuais de produção de *commodities*. Em relação aos domicílios, no caso desse subgrupo, também ocorreram alterações, mas menos intensas que no subgrupo anterior, pois em 2002 eram 87,5% dos casos que residiam em espaço rural, ante 62,5% em 2017. Ainda que tenha aumentado a presença de casos em vilas rurais e cidades.

Em síntese, as transformações vividas pelos casos desse grupo são marcadas pelo aumento da idade média e a redução do número de integrantes das famílias, mas com a manutenção da disponibilidade de trabalho em patamares semelhantes entre os anos pesquisados. Com fortes limitações no acesso às políticas públicas, as estratégias de reprodução social dos casos dessa via são marcadas fortemente pela inversão de prioridade na alocação do trabalho familiar, em que as atividades não agrícolas passaram a absorver a maior parte do trabalho das famílias, em detrimento das atividades agrícolas.

Além disso, quanto à produção agropecuária, as famílias fazem opções estratégicas distintas, que envolvem duas possibilidades:

- Redução total ou parcial da área utilizada, a descapitalização total ou parcial e a descontinuidade da produção para a venda, mantendo apenas produção para autoconsumo, associado a um movimento de migração em direção a vilas rurais e cidade;
- A ampliação da área utilizada, com a manutenção de elevado capital investido e a especialização na produção de *commodities*, mantendo a produção para o autoconsumo e o predomínio de domicílios em espaços rurais.

Essas duas estratégias apresentam resultados bastante diversos em relação à renda total per capita mensal, que era de 0,73 salários mínimos no primeiro ano da pesquisa. No segundo ano da pesquisa, entre os que se especializaram na produção

agropecuária (RNA-V), passou para 4,31 salários mínimos e, entre os que interromperam a produção agrícola para venda, passou para 0,99 salários mínimos.

5.3 VIA AGRÍCOLA

Essa via é integrada por aqueles casos em que predomina a renda agrícola, tendo passado de **38 para 25 casos**. O número total de pessoas desse grupo mostrou forte redução, tendo passado de **116 para 92 pessoas**. Com isso, o número médio de integrantes de cada família passou de 4,64 para 3,68 pessoas. Ou seja, a redução do contingente populacional de todos os casos estudados (70 pessoas), decorreu especialmente da redução do número de indivíduos das famílias que compõem a via previdenciária (diminuição de 41 pessoas) e da via agrícola (diminuição de 24 pessoas). Os casos desta via também apresentaram aumento da idade média, que passou de 36,69 para 49,65 anos. Na composição de gênero ocorreu **leve redução do predomínio masculino, pois os homens passaram de 52,59% para 51,09%** dos integrantes dessa.

Essa era a única via que possuía pessoas analfabetas, ou semianalfabetas, em 2002 (na época, cinco por cento dos integrantes), todavia, em 2017, não foi se registrou nenhum caso nesse estrato de escolaridade. Além disso, ocorreu a redução da proporção de pessoas com até quatro anos de escolaridade (de 45% para 31%) e a elevação do número de pessoas que alcançou o ensino superior (de 1% para 10%). Em que pese os **níveis de escolaridade** dos integrantes dessa via **terem melhorado**, cabe destacar que **dois terços deles não alcançaram o ensino médio**.

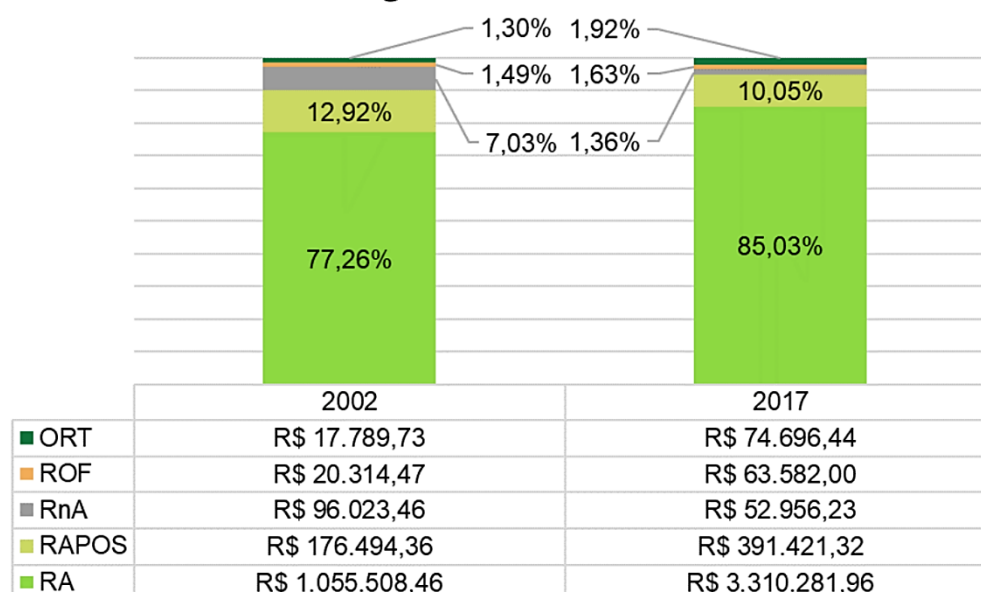
As variações absolutas e relativas na composição da Renda Total das famílias da via agrícola podem ser observadas no Gráfico 11. Percebe-se que a **Renda Agrícola ampliou sua importância, passando de 77,26% para 85,03% da renda total**, sendo importante registrar que, em termos monetários, seu valor triplicou.

Observou-se que a **RAPOS está mais presente nas famílias desta via**, pois, em 2002, cerca de 60% das famílias recebiam alguma quantia dessa fonte e, em 2017, isso ocorre com 76% das famílias. Em termos monetários, o valor dessa fonte dobrou no período estudado. Em termos relativos, sua participação caiu, mas manteve-se sua importância como a **segunda fonte de renda mais relevante**. A RNA foi auferida por

cerca de 30% dos casos nos dois anos da pesquisa, mas foi a única fonte de renda desta via que diminuiu seu valor absoluto, **tendo caído sensivelmente sua importância relativa**. A ROF e a ORT tiveram elevação do valor absoluto e relativo, mas são duas modalidades de renda pouco expressivas para o conjunto das famílias, em termos de composição da Renda Total.

Gráfico 11 - Participação relativa das distintas rendas na renda total das famílias da via agrícola nos anos de 2002 e 2017

Gráfico 11: Participação relativa das distintas rendas na renda total das famílias da via agrícola nos anos de 2002 e 2017.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Pode-se destacar que se amplia o caráter predominantemente agrícola da renda das famílias dessa via. **A estratégia central de reprodução social desse grupo está centrada no desenvolvimento da produção agrícola**, onde foram observadas sensíveis mudanças ao longo do tempo.

A área total dessas famílias variou de 545,6 ha para 816,6 ha e a **SAU subiu de 436,09 ha para 692,01 ha**. Com isso aumentou a área total média por família (de 21,82 ha para 32,66 ha), o mesmo ocorreu com a SAU média (de 17,44 ha para 27,68 ha). A opção por priorizar o desenvolvimento da produção agropecuária leva as famílias a expandir a superfície total das terras utilizadas. O aumento de áreas próprias foi realizado por 14 famílias, sendo que: seis compraram com recursos próprios e

receberam terra de herança; cinco compraram apenas com recursos próprios; duas compraram com financiamento bancário; uma comprou com recursos próprios e financiamento. **O principal mecanismo de ampliação das áreas próprias foi a compra de terras, sobretudo com uso recursos próprios.**

O outro mecanismo acionado por estas famílias para expandir suas áreas foi a **intensificação do uso de terras de terceiros**. No primeiro ano da pesquisa 44% das famílias arrendaram terra de terceiros, totalizando cerca de um quarto da área total que dispunham. Já, no segundo ano, 60% dessas famílias usavam terras de terceiros, totalizando 37,29% da área total disponível. Portanto, essa via aglutina casos que usam de forma crescente terras de terceiros, o que aponta para uma capacidade produtiva superior à disponibilidade de áreas próprias e, também, para o desenvolvimento de sistemas produtivos que demandam escala crescente de área. São pouco expressivos os casos de famílias dessa via que arrendam suas terras para terceiros.

A disponibilidade total de trabalho dessas famílias teve redução de 78,4 para 70,97 UTHs, como se observa na Tabela 15. A média de mão de obra familiar disponível variou de 3,14 UTHs para 2,84 UTHs. Essa redução não alterou a estratégia de **priorizar a destinação de trabalho para as atividades agrícolas na unidade de produção familiar**, pois nos dois anos da pesquisa elas absorveram cerca de **93% das UTHs das famílias**. Frente a redução da mão de obra das famílias, uma das estratégias tem sido **ampliar a contratação de força de trabalho**, realizada por 60% das famílias, em 2002 e por 84% dos casos, em 2017. Com isso, a quantidade de trabalho investido nas atividades agrícolas das unidades de produção das famílias (UTHs agrícolas familiares + UTHs contratadas) não se reduziu tão fortemente entre os dois anos da pesquisa, passando, em média, de 3,05 para 2,91 UTHs por família.

Essa via foi a única na qual se realizou contratação de força de trabalho em tempo integral, tendo sido realizada por uma família em 2002 e por três famílias em 2017. Todavia, ainda **é amplamente predominante a contratação temporária de força de trabalho**. Quando se considera o trabalho investido no sistema produtivo da família (UTHs agrícolas familiares + UTHs contratadas), em termos relativos, a participação da força de trabalho contratada fica ainda mais evidente, pois passou de 3,83% para 10,35%. Isso pode apontar certa tendência, ainda incipiente, de elevação da importância do trabalho contratado na via agrícola, pois ocorre o aumento do número de famílias que

recorrem a essa modalidade de trabalho, bem como eleva-se a média de UTHs contratadas por família e aumenta a contratação integral de força de trabalho.

Quanto ao **trabalho não agrícola**, como se observa na Tabela 15, ele continua, em termos estratégicos, **bastante secundário nesse grupo**. É realizado, aproximadamente, por um terço das famílias e ocupa cerca de seis por cento do total da força de trabalho das famílias nos dois anos pesquisados.

Tabela 15 - Disponibilidade total de trabalho familiar (UTH familiar total), distribuição do trabalho familiar e contratação de força de trabalho na via agrícola em 2002 e 2017

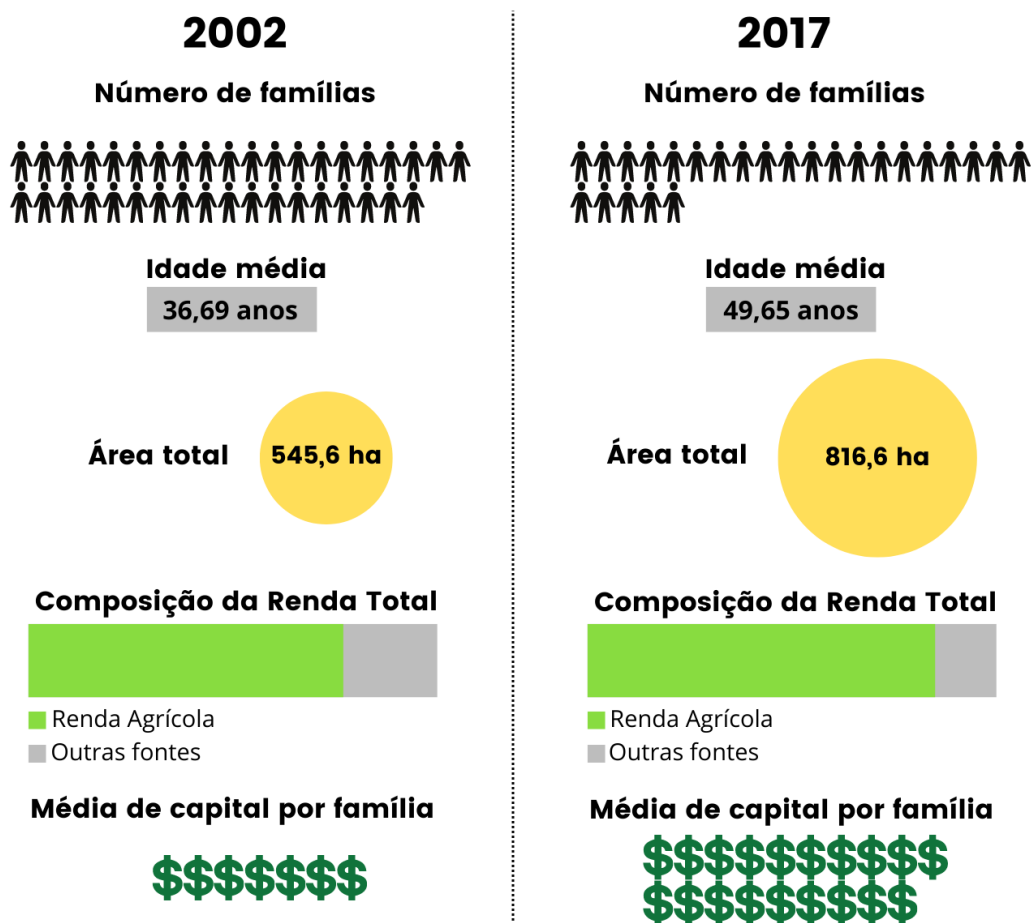
Ano	UTH familiar total	UTH agrícola familiar	UTH não agrícola	UTH agrícola fora da UP	UTH contratada
2002	78,4	73,31	4,76	0,33	2,92
2017	70,97	65,21	4,31	1,45	7,53

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Todas as famílias dessa via possuíam capital nos dois anos da pesquisa, sendo que a **média de capital por família variou de R\$ 71.248,33 para R\$ 190.258,72**. Esse processo de elevação do capital médio familiar revela outra estratégia das famílias da via agrícola, que foi a **intensificação do investimento do uso de capital nos sistemas produtivos**. O aumento dos valores médios de capital e SAU, aliado à manutenção da prioridade agrícola na ocupação da força de trabalho familiar, junto com a ampliação da contratação de trabalho, explicam a **elevação do valor da produção média por família, que saltou de R\$ 87.678,83 para R\$ 272.289,69**.

A estratégia produtiva das famílias dessa via é pautada pelas formas empresariais de agricultura, pois está alicerçada especialmente na **produção especializada de soja, milho, leite e suínos**. Os sistemas produtivos são amplamente mercantilizados e externalizados, tendo o consumo intermediário médio familiar passado de R\$ 37.666,70 para R\$ 117.333,71. Isso reforça a necessidade de crédito bancário, pois o financiamento da produção era realizado por 75% e passou para 64% das famílias, enquanto o **valor médio contratado por cada família passou de R\$ 15.090,75 de R\$ 72.051,73**.

Figura 24: Via agrícola.



Fonte: Dados da pesquisa.

Por outro lado, como parte das estratégias de reprodução, destaca-se que todas as famílias dessa via, nos dois anos da pesquisa, **conservaram a produção diversificada para o autoconsumo**. Nesse grupo seis famílias foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural, nove receberam acompanhamento do serviço público de assistência técnica e extensão rural, duas foram beneficiadas pelo Banco da Terra e uma foi beneficiada pelos programas de compras institucionais de alimentos.

Em termos domiciliares, observou-se que nessa via ocorreu **apenas um caso de troca de domicílio, sendo do rural para o urbano**. Todas as demais famílias **mantiveram o domicílio no mesmo espaço, sendo cinco famílias em vila rural e as outras dezenove em espaços rurais sem aglomerados domiciliares**.

Em síntese, a estratégia de reprodução social das famílias da via agrícola está centrada na extensificação e intensificação das atividades agrícolas. A extensificação, ou ampliação das áreas cultivadas, ocorre através da compra e do arrendamento de terras

de terceiros. A intensificação ocorre pelo expressivo aumento do capital investido nos sistemas produtivos, que são fortemente especializados e externalizados, priorizando a produção de *commodities*, mas mantem a produção para o autoconsumo. Além disso, marca as estratégias dessas famílias a continuidade prioritária dos domicílios em espaços rurais.

Por fim, no capítulo 8 da tese apresenta-se um conjunto bem mais detalhado de informações sobre o processo de diferenciação das famílias. A tese pode ser acessada, gratuitamente, no Repositório Digital de Teses e Dissertações da UFRGS, através do seguinte link: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/209946>

Além disso, cabe destacar outros artigos científicos que aprofundam a discussão sobre as mudanças ocorridas na agricultura e com as famílias que participaram da pesquisa.

O primeiro deles é o artigo científico publicado pela Revista de Economia e Sociologia Rural, onde é discutido o processo de diferenciação das famílias utilizando-se a ótica da sua agrarização ou desagrarização. Esse artigo tem por título “Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões - Rio Grande do Sul” e foi elaborado em conjunto com o professor Marcelo Antonio Conterato (UFRGS). Está disponível, de forma gratuita, através do seguinte link:

<https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2021.245689>

O segundo artigo científico foi publicado pela Revista REDES, da Universidade de Santa Cruz do Sul. Nesse artigo discute-se com mais detalhes a mudança no perfil demográfico das famílias, a questão da mão de obra e as estratégias das famílias em relação ao trabalho. O título do artigo é “Transformações demográficas e nas estratégias de trabalho: uma abordagem longitudinal da agricultura familiar em Salvador das Missões – Rio Grande do Sul.” Esse trabalho pode ser acessado gratuitamente, através do seguinte link: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/16819>

O terceiro foi publicado pela Revista Grifos, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. O título desse artigo é “A diferenciação da agricultura familiar de Salvador das Missões (RS): uma análise das suas trajetórias”. Esse trabalho discute as diferentes trajetórias percorridas pelas famílias. Pode ser acessado, gratuitamente, através do seguinte link:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/download/6629/3643>

O quarto artigo científico tem como título “Trajetórias da agricultura familiar e desenvolvimento regional: uma análise longitudinal” foi publicado pela Revista Desenvolvimento Regional em Debate, da Universidade do Contestado. Esse artigo foi elaborado em conjunto com os professores Evandro Pedro Schneider (UFFS – Cerro Largo) e Marcelo Antonio Conterato (UFRGS), analisa as implicações que as diferentes trajetórias percorridas pelas famílias geram para o desenvolvimento regional. Está disponível, gratuitamente, através do seguinte link:

<https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/download/3548/1751>

O quinto artigo foi publicado pela *International Journal of Environmental Resilience Research and Science*, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O trabalho tem por título “Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade ambiental: o caso de Salvador das Missões - RS”. Está disponível, gratuitamente, através do seguinte link: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/28593/20317>

Além destes, está em avaliação um artigo que discute, especificamente, as mudanças nas dinâmicas das famílias em relação a produção de alimentos para o autoconsumo. Esse trabalho ainda está em processo de análise e, espera-se, que seja logo aprovado, para ser disponibilizado para o público. Por fim, também está em fase de avaliação um artigo que discute especificamente as mudanças na atividade leiteira. Tão logo estejam aprovados, serão disponibilizados ao público.

REFERÊNCIAS

- AFDLP - Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade. **Relatório final**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR; Pelotas: UFPel/PPGA, 2004.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **RESR**, Piracicaba, v. 56, n. 01, p. 123-142, 2018.
- BACCHA, C. J. C.; STEGE, A. L.; HARBS, R. Ciclos de preços de terras agrícolas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 4, p. 18-37, out./dez. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BAZOTTI, A. **Racionalidades e estratégias dos sojicultores familiares do Sudoeste Paranaense**. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BELIK, W. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. IPEA - Texto para Discussão, Brasília, v.1, p.1 - 62, 2015a.
- BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BLACK, C. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 27-44, 2015.
- CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A. O processo de especialização produtiva dos agricultores familiares da Zona Sul do Rio Grande do Sul através do Pronaf-custeio. **Redes**, v. 24, n. 3, p.12 -34, set./dez. 2019
- DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. In.: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 14 – 23.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. London: Oxford, 2000.

ESCHER, F. *et al.* Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário. **Revista de Economia & Sociologia Rural**, Piracicaba, v.52, n.04, p.643-668, Dez. 2014.

FRITZ, E. R. et al. A. Análise do mercado de terras no estado do Rio Grande do Sul. *In*: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 3., Santa Maria, 2018. **Anais [...]** Santa Maria, UFSM, 2018.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências

GRISA, C. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C. **Transformações recentes nas políticas para a agricultura familiar no Brasil.** FIDA-MERCOSUR: Montevideo, 2017. Disponível em: <http://fidamercosur.org/claeh/experiencias/experiencias-en-la-regi%C3%B3n/991-transforma%C3%A7%C3%B5es-recentes-nas-pol%C3%ADticas-para-a-agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em: 22 Out. 2017.

GRISA, C. Entrevista concedida à Revista IDeAS. Abastecimento, segurança alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar no contexto da pandemia do novo coronavírus. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-19, e020002, jan./dez. 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19 – 50.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 02, p. 323-346, 2014.

GRISA, C. Entrevista concedida à Revista IDeAS. Abastecimento, segurança alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar no contexto da pandemia do novo coronavírus. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-19, e020002, jan./dez. 2020.

GUANZIROLI, C. H.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

HESPAHOL, A. N. Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. **Campo - território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, p. 1-17, 2014.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 2, p. 5-22, abr./jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo**

Agropecuário. 1995/96. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 Dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo**

Agropecuário. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Censo Agropecuário 2017:** resultados preliminares. IBGE: Rio de Janeiro, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Brasil em síntese.** 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/salvador-das-missoes/panorama>. Acesso em: 17 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 1991.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/divisao-geopolitica-do-rs/>. Acessado em: 11 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/divisao-geopolitica-do-rs/>. Acessado em: 16 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM.** 2002 – 2017. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=series-historicas>. Acessado em: 14 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO - FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: INCRA/FAO, 2000.

KAGEYAMA, A. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 65-86, 2003.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In.: **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A. M. *et al.* (orgs.). Brasília: EMBRAPA, 2014, p. 1011 - 1045.

LUI, G. H. **Transição de modos de vida rurais na Amazônia brasileira:** uma perspectiva longitudinal sobre diversificação da renda, atividades agrícolas e uso da terra entre pequenos produtores. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.

MIRANDA, C. R. **Avaliação de estratégias para sustentabilidade da suinocultura.** 2005. Tese (Doutorado em Engenharia ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões, RS.** 2007. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RADOMSKY, G. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. As famílias pluriativa e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **RESR**, Piracicaba, v. 54, n. 03, p. 561-582, Jul./Set. 2016.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. *Pluriactividad y agricultura familiar en Brasil: el caso de Rio Grande do Sul*. **Revista da CEPAL**, n. 93, p. 157 – 173, 2007.

SCHNEIDER, S.; PERONDI, M. A. Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago. 2012.

SCHNEIDER, S. *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In.: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 139 - 166.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. El concepto de agricultura familiar en América Latina. In: CRAVIOTTI, C. (org.). **Agricultura familiar en Latinoamérica**: continuidad, transformaciones y controversias. Buenos Aires: CICCUS, 2014. p. 25 - 56.

SCHNEIDER, E. P.; PRESTES, K. Quiosques de comercialização de produtos da agricultura familiar missioneira: política pública descentralizada de um território rural. In.: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 7., Natal, 2016. **Anais [...]** Natal, RER, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, F. G. O trabalho agrícola no *boom* do agronegócio e na expansão das políticas públicas para a pequena agricultura. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 63, p. 28-38, Out. 2017.

SOUZA, R. P.; BUAINAIN, A. M. A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 2, p. 308-331, 2013.

TERHORST, K. I. L.; SCHMITZ, J. A. K. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores do Vale do Taquari. In: MENASCHE, R. (org.) **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. p. 100 - 119.

THIES, V. F. **Desagrarização e concentração produtiva**: análise longitudinal das trajetórias da agricultura familiar nas Missões do RS. 2020. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

THIES, V. F. Transformações demográficas e nas estratégias de trabalho: uma abordagem longitudinal da agricultura familiar em Salvador das Missões – Rio Grande do Sul. **Redes**. v. 26, p.1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.16819>

THIES, V. F. Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões - Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 61, n. 1, p. 1-22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245689>

THIES, V. F. A diferenciação da agricultura familiar de salvador das missões (rs): uma análise das suas trajetórias. **Grifos**, n. 31, n. 57, p. 1-20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6629>

THIES, V. F.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, E. P. Trajetórias da agricultura familiar e desenvolvimento regional: uma análise longitudinal. **Desenvolvimento regional em debate**, V. 12, P. 58-73, 2022. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.24302/DRD.V12.3548](https://doi.org/10.24302/DRD.V12.3548)

VILLWOCK, A. P. S. **As estratégias de renda dos agricultores familiares de Itapejara d' Oeste nos anos 2005 e 2010**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

VILLWOCK, A. P. S. Meios de via e renda: uma pesquisa em painel de agricultores familiares do sudoeste do Paraná. Tese (Doutorado e Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Sant Maria, 2018.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br



@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

